

Pró-Lazer é reativado

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça está informando aos servidores a volta do Pró-Lazer. O programa irá beneficiar mais de mil ser-

vidores. O abitimento de 25 a 30% nos shows e peças teatrais é uma das vantagens festejada entre os funcionários que aguardam o lançamento do programa.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 01 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 185

Diário Oficial

Campanha alcança resultados

O menor abandonado é uma das mais graves seqüelas que atingem a sociedade brasileira. A solução para o problema ainda parece distante. Entretanto, a melhor atitude não é desistir. O Juizado da Infância e da Juventude, por exemplo, lançou, há quase três meses, a "Campanha Pró-Criança Abandonada", e já contabiliza seus resultados. "Estamos obtendo uma resposta bem acima das nossas expectativas", declara o juiz da 1ª Vara de Menores, Ozael Veloso, idealizador do programa.

Simplicidade é a tônica da campanha. A idéia básica é que a sociedade "adote" os meninos e meninas de rua sem a necessidade de um compromisso formal com a Justiça. A adoção, diferentemente de uma adoção

habitual, significa apenas que aquela pessoa está interessada no futuro de uma criança abandonada. O termo adoção, portanto, é apenas simbólico, visto que o menor não será levado para a residência do adotante e nem

será exigida uma quantia financeira do mesmo. Segundo o juiz Ozael, muito mais do que dinheiro, o que estas crianças estão precisando é de orientação, carinho e dedicação. "O que queremos é um acompanhamento

educativo dos pais adotivos. Isso basta para que o compromisso seja firmado".

Para participar da campanha existem caminhos: um deles é ir até o Juizado escolher um menor entre os cadastrados. O outro é ainda mais simples: basta que a pessoa interessada procure um menor de rua e passe a ajudá-lo. Esse é um dos fatores do sucesso do projeto, segundo seus idealizadores. De acordo com dados do Juizado, o número de pessoas que procuram o órgão está aquém do número que, de fato, já se encontra fazendo um trabalho direto com as crianças (até agora, quase quinhentos interessados já en-

traram em contato com a coordenação da campanha).

O objetivo da Campanha Pró-Criança Abandonada é combater as causas e não os efeitos. Para isso, somente crianças na faixa etária entre zero e dez anos de idade participam do projeto. "Evitando-se o surgimento de mais um 'tombadinho', teremos a longo prazo, uma considerável redução do contingente de delinquentes nas ruas", afirma o juiz Ozael Veloso. Mas, ele entende que este trabalho é apenas o começo. "Tudo irá por água abaixo se a campanha não for seguida de um adequado programa de

planejamento familiar".

A coordenação da campanha colocou um grupo de psicólogas e assistentes sociais para orientar corretamente aquelas pessoas que procuram o Juizado de Menores. Além disso, existe um telefone à disposição do público no horário comercial. O número do telefone é 421-5080 e o Juizado fica na rua Fernandes Vieira, no bairro da Boa Vista.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elio Ramo Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademir Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Relatores:
Christiane Azeiteiro, Lúcia Car-
valho e Marcos Glaucio

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Editoria de Arte:
Aldo Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/nº — 5º An-
tônio — Recife-PE — CEP
50010 — Fone: 424.3811/214
— Telex: 3116

Vara de Goiana recebe mobiliário

O presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier, participa hoje, pela manhã, da solenidade de entrega de novo mobiliário e equipamentos da 2ª Vara da Comarca de Goiana.

O mobiliário foi doado pela Secretaria de Justiça do Estado. Há poucos dias o presidente recebeu do governador Joaquim Francisco o novo mobiliário para a Vara da Infância e Juventude da Comarca da capital, situada na rua Fernandes Vieira.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 03 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 187

Diário Oficial

TJPE divulga relação dos novos juizes

Vinte e sete candidatos foram aprovados no Concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado. O primeiro colocado foi o advogado Flávio Augusto Fontes de Lima que obteve a média 8,36. O concurso começou em março, deste ano, com mais de 700 inscritos, destes apenas 27 chegaram ao final.

28 candidatos fizeram a última fase do concurso, a prova oral e de títulos sendo ainda reprovado apenas um concorrente. Na primeira etapa 87 candidatos foram aprovados na prova objetiva, na segunda fase 32 foram classificados, e apenas 28 tiveram suas inscrições definitivas deferidas pelo Pleno do Tribunal.

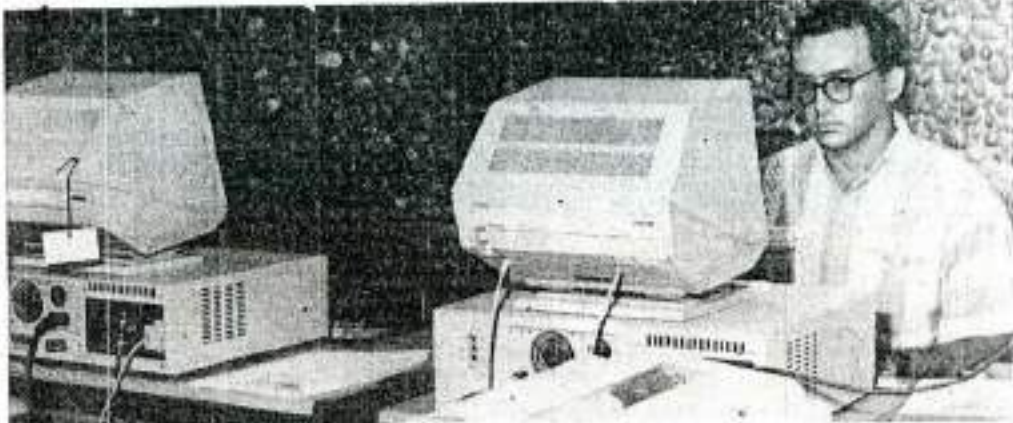
A lista dos aprovados foi divulgada pelo presidente da Comissão Examinadora, des. Luís Belém de Alencar. Além de Flávio Augusto fo-

ram classificados, e serão nomeados em breve: Marcos Antônio Nery de Azevedo; Paulo Onofre de Araújo; José Barroso Filho; Pedro Odilon de Alencar Luz; Ângela Cristina de Norões Lins; Carlos Magno Cysneiros Sampaio; Edvaldo José Palmeira; Honório Gomes do Rego Filho; Alexandre Freire Pimentel, Fernando Menezes Silva; Isaias Andrade Lins Neto; Antonio Carlos dos Santos; Fábio Eugênio Dantas de Oliveira; Cícero Bittencourt de Magalhães, Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho, Cátia Luciene Laranjeira de Sá Sampaio; João Maurício Guedes Alcoforado, Marylúcia Feitosa Martins; Andrea Epaminondas Tenório de Brito; Saulo Sebastião de Oliveira Freire; Evanildo Coelho de Araújo Filho; Eliane Ferras Guimarães Novais; Paulo Alves de Lima; Maria Rosa Vieira Santos; Maria Auri Alexandre e Francisco Rodrigues da Silva.

Curso para Programadores começa segunda-feira

O Núcleo de Informática do Tribunal de Justiça está promovendo um curso de formação de programadores em Natural II, que começa segunda-feira, e já conta com 12 inscritos. O sistema pretende exercer um maior controle sobre a vida funcional dos magistrados e servidores da Justiça.

Segundo um dos instrutores do curso, Estevam Machado, os pré-requisitos para os interessados é o conhecimento de lógica de programação e conceitos básicos de computação. Dividido em 4 módulos, o programa de ensino consta da revisão de lógica e de conceitos básicos, além de conhecimento de Es-



truturas de Arquivo e Banco de Dados e, finalmente, Natural II.

O curso tem duração de 4 meses, com aulas diárias. Entre um módulo e outro, haverá testes que devem avaliar o

aproveitamento dos alunos. As provas realizadas são de caráter eliminatório, significando que os reprovados não podem dar continuidade às outras fases do curso.

De acordo com a di-

retora do departamento de informática, Lizete Peixoto, a intenção é aproveitar os novos programadores no Núcleo, de forma que desenvolvessem o sistema em conjunto com o departa-

mento de pessoal. Os servidores do TJPE que ainda estiverem interessados em participar podem procurar a diretora do departamento. O curso é inteiramente grátis.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor Geral:
Des. Elói Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcides Pereira

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Oswaldo Alcântara, Lúcia Carvalho e Marcelo Gleason

Fotografia:
Jussé Barbora

Diagramação:
Celeste Dias

Editor de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/nº — 5º Andar — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 424.3811-R-214 — Telex: 3116

TJPE prestigia centenário de Chateaubriand

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier confirmou sua presença nos principais eventos festivos que as Emissoras e Diários Associados estão promovendo para comemorar o

centenário de nascimento do jornalista Assis Chateaubriand. O convite foi feito pessoalmente pelo diretor-executivo do Diário de Pernambuco, Jozil Barros, durante visita realizada esta semana ao Tribunal.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 06 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 166

Diário Oficial

TJPE: planejar para melhor servir



Macedo Malta explica importância do planejamento

Traçar um plano para execução e concretização das ações. Racionalizar os serviços. Com essa determinação o presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier abriu a reunião administrativa realizada na última quarta-feira, na sala das Sessões Criminais, que contou com a participação de assessores, diretores de departamentos e núcleos, chefes de seções e juízes coordenadores dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. O objetivo do encontro foi reforçado pelos assessores de planejamento.

O primeiro a falar, o Juiz e assessor, Antônio Macedo Malta colocou, em linhas gerais, as medidas administrativas que serão adotadas pelo Tribunal. Em primeiro lugar, segundo ele, será traçado um planejamento setorial. Para isso cada departamento irá colocar no papel seu plano de ação. De posse dessas informações, a assessoria de planejamento terá dados sobre as atividades e necessidades de cada setor.

“A atividade fim, prestação jurisdicional, depende das atividades meio exercidas através dos vários departamentos, núcleos e seções. Os serviços vinham sendo executados com improvisação, sem planejamento, e para mudar, é necessário o apoio e colaboração de todos”, definiu Antônio Malta.

Durante o encontro foram destacadas as ações que já estão em andamento, com vistas a tra-

çar um planejamento global. Uma dessas medidas, o censo dos servidores, visou um levantamento estatístico, além de descobrir as aptidões dos funcionários, destacou a necessidade de remanejamento e o futuro estabelecimento de quadros próprios.

Em seguida a assessora de planejamento, Silvana Maria Orsi falou mais detalhadamente sobre a forma de planejamento que se quer adotar no Tribunal de Justiça. Segundo ela, é necessária, uma implementação dos meios operacionais. Cada departamento ou setor terá que fazer um cadastramento de suas ações. Para isso, a assessoria de planejamento distribuiu formulários, que serão preenchidos por cada diretor e devolvidos dentro de poucos dias. Logo que se tenha todo esse material poderá se partir para um planejamento mais amplo, ressaltou a assessora.

Carlos Xavier participa de Encontro Nacional

O desembargador Carlos Xavier vai hoje a Belo Horizonte, para participar do Encontro Nacional dos Presidentes dos Tribunais

de Justiça, que se realiza na capital mineira de amanhã a sábado. Segunda-feira, o presidente do TJPE estará de volta ao Recife.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 07 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 189

Diário Oficial

Judiciário funciona melhor em Goiana

Convênio firmado entre o Executivo e o Judiciário estaduais e a Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência permitiu a entrega de mobiliário e equipamentos novos para a 2ª Vara da Comarca de Goiana, que comporta a Vara da Infância e Juventude. A solenidade foi realizada sexta-feira, na presença do secretário de Justiça, Marcos Cabral, do deputado Osvaldo Rabelo Filho, do prefeito de Goiana Antônio Carlos Correia de Souza e do procurador geral da Assistência Judiciária do Estado, Reginaldo Paes Barreto.

cante, "uma vez que compreende feito visando a segurança e o direito dos mais carentes, do menor e da família".

O secretário Marcos Cabral, que representou o governador Joaquim Francisco na solenidade, disse que as ações no combate à violência cometida contra o menor representa uma tentativa do Judiciário e Executivo de reverter o atual quadro, de criminalidade que coloca Pernambuco numa posição incômoda e negativa.



Desembargador Carlos Xavier preside solenidade em Goiana

Ao receber os móveis, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, destacou a importância das ações emergenciais que os dois poderes vêm im-

plementando para combater a violência contra a criança e o adolescente. Segundo ele, a entrega do mobiliário pode parecer uma coisa simples, mas o seu verdadeiro significado é mar-

Pró-Lazer beneficia serventuários de justiça

Depois de mais de um ano sem funcionar, o Pró-Lazer vai ser reativado, trazendo benefícios e inovações para o funcionalismo público do Estado, incluindo serventuários de justiça. O Núcleo de Recursos Humanos será o encarregado da divulgação do projeto no TJPE, onde existem 1.681 servidores efetivos e à disposição. O abatimento de 25% a 30% nos shows e peças teatrais é uma das vantagens festejadas entre aqueles que aguardam o relançamento do programa.

Outra novidade é o convênio com hotéis e agentes de viagem, o que vai facilitar a oferta de pacotes turísticos pelo interior pernambucano. Os serviços serão descentralizados de forma que haja mais eficiência no atendimento aos servidores. A implantação do uso

de carteirinha para aqueles que quiserem "se associar" é uma tentativa nesse sentido. Sem nenhum ônus para os funcionários, a

identificação poderá ser obtida no próprio órgão de trabalho, através de inscrição feita junto ao agente Pró-Lazer.

Em cada instituição, haverá um desses agentes, responsável pelo funcionamento do programa naquele órgão. O Núcleo de Re-

ursos Humanos do TJPE também vai dispor de uma pessoa especialmente encarregada pelo atendimento aos serventuários de justiça. Sob a regência da Empetur, do Poder Judiciário, o Programa Estadual de Lazer do Servidor Público será reativado ainda na primeira quinzena de outubro.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Solimé

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor Geral:
Des. Eládio Ramos Calvão

Assessor de Imprensa:
Ademar Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcia Calvão e Marcos Glauco

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Denise Dias

Editoria de Arte:
Julia Gonçalves

Redação:
Pça. da República, s/nº — 51º Andar
18010 — Recife-PE. — CEP
52.010 — Fone: (41) 311.1124
— Telex: 30116

Concursados serão empossados na próxima semana

Será terça-feira, dia 13, a posse dos 27 aprovados no Concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância, promovido pelo Tribunal de Justiça. Os novos juizes estão se submetendo a exa-

mes médicos, necessários à investidura do cargo. A posse foi confirmada pelo desembargador Carlos Xavier, presidente do TJPE, que dará as boas-vindas aos magistrados.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 08 DE OUTUBRO DE 1982 Nº 190

Diário Oficial

Encontro reúne presidentes de Tribunais de Justiça do país

Temas como "Atualização da Prestação Jurisdicional", "A Reforma Constitucional de 1993", "A Independência Institucional do Poder Judiciário", "Autonomia Administrativa e Financeira do Poder Judiciário" e "Controle da Atividade do Poder Judiciário" estão em debate de hoje a sábado, durante a realização do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, em Belo Horizonte. O ministro Sydney Sanches, presidente do Supremo Tribunal Federal, fará a abertura oficial do evento, que é promovido pelo Tribunal de Justiça mineiro.

O tema será debatido logo após, seguido de leitura sobre as conclusões do Encontro e do encerramento propriamente dito, sob a responsabilidade do desembargador José Fernandes Filho, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, promotor do acontecimento. Um almoço de despedida aos participantes será oferecido pela Associação dos Magistrados Mineiros.



Carlos Xavier participa do debate sobre Reforma Constitucional

Os debates serão realizados no auditório da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, à Rua Goiás, 229, em Belo Horizonte, contando com a presença dos desembargadores presidentes dos Tribunais de Justiça do país. Da programação consta, inclusive, a entrega da "Medalha da Inconfidência" ao ministro Sydney Sanches, que também será agraciado com o "Colar do Mérito Judiciário", juntamente com o dr. Aristides Junqueira Alvarenga, procurador-geral da República.

A primeira plenária, hoje, será dedicada à "Atualização da Prestação Jurisdicional: a Experiência de Minas Gerais", a cargo do desembargador José Fernandes Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Ama-

nhã, depois do desembargador Odyr José Pinto Porto, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, falar sobre "A Reforma Constitucional de 1993: Extensão e Limite", o tema será debatido pelo desembargador Carlos Xavier, do TJPE, juntamente com os Chefes da Corte de Justiça dos Estados de Santa Catarina, Amapá, Rondônia, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Ainda na sexta-feira, à tarde, o ministro Nildo Néry, do Supremo Tribunal Federal, fará conferência sobre "A Independência Institucional do Poder Judiciário".

O evento prosseguirá até sábado, com a palestra do desembargador José Barrison, presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, sobre "Controle da Atividade do Poder Judiciário".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Feres Bastos
Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriana Paves

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcia Calafate e Marcelino Gaurio

Fotografia:
José Barreto

Diagramação:
Cecília Dias

Gestão de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/nº — 51º Andar — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 424.381/19.214 — Telex: 37.16

Informática elabora programa financeiro do TJPE

A Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça solicitou ao Núcleo de Informática daquele órgão a elaboração de programa de controle financeiro. O obje-

tivo é obter posição atualizada dos recursos do TIPE, a fim de dar andamento aos serviços judiciais e administrativos já programados, com melhor aplicabilidade das verbas.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 09 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 191

Diário Oficial

Novos juízes serão empossados terça-feira

O desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, dará posse terça-feira, aos 27 novos juízes pernambucanos, recém-aprovados em concurso público. Destes, sete são mulheres, perfazendo agora um total de 14 representantes do sexo feminino na magistratura estadual. O advogado Flávio Augusto Fontes de Lima, que obteve média 8.36, foi o primeiro colocado.



Des. Itamar Pereira é um dos integrantes da equipe de professores

Empossados, os novos juízes ainda deverão participar do curso de iniciação à função judicial, promovido pela Corregedoria Geral de Justiça, conforme prevê a Resolução 58, do TIPE. O curso será realizado pela manhã e à tarde, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, com duração de quatro semanas.

O desembargador Etério Ramos Galvão, corregedor geral, informou que as aulas serão ministradas pelos desembargadores Nildo Nery dos Santos, Mauro Jordão de Vasconcelos, Itamar Pereira, Cláudio Américo e Napoleão Tavares, além dos juízes José Antônio Macedo Malta, Milton José Neves, Roberto

Ferreira Lins e Fausto de Castro Campos, no período de 14 de outubro a 12 de novembro.

A equipe de professores ainda é composta pelos juízes Frederico Ricardo de Almeida Neves, Amaro José de Araújo, Ivoaldo Pereira de Miranda, José Maria Florentino de Lima, Hélio Barros Siqueira Campos, Jones Figueiredo Alves, Gilberto Gondim, Valdir Barbosa, Marco Maggi, Manoel Rafael Neto, Aquino de Farias Reis e Luiz Carlos de Barros Figueiredo.

Os juízes Ozael Rodrigues Veloso, Antônio Camarotti Filho, Wellington Gadelha de Freitas, Rivaldina Brainer de Melo Rangel, Joaquim Rodrigues de

Castro, Mário Alves de Souza, Eduardo Paurá Peres e Hélio Barros Siqueira Campos também fazem parte do grupo de professores, encarregados das aulas sobre Registros Públicos, Tribunal do Juri, Direito Processual Civil e Penal, Direito do Menor, Varas Criminais, Cíveis e de Família, Prática de Inspeção e Direito Eleitoral.

Os temas "Direção do Foro" e "Função Juicante" serão abordados pelos juízes corregedores e equipe técnica da Corregedoria Geral de Justiça. A abertura do curso terá a participação dos desembargadores Carlos Xavier e Etério Ramos Galvão, que deverão expor a importância da preparação à magistratura.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Secrário:

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcides Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Christiane Alcantara, Lúcia Carneiro e Marcon Gleice

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Editoria de Arte:
Aldo Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/nº — 5º Andar — Recife-PE — CEP 50010 — Fone: 424-3811/19-211 — Telex: 3516

Tribunal dá andamento a concurso

A Comissão Examinadora do concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância, presidida pelo desembargador Etério Ramos Galvão, avisa aos inscritos que a segunda prova será realizada no dia 25, na Escola Superior da Magistratura de Per-

nambuco, impreterivelmente às 7 horas. Os candidatos devem comparecer ao local — Av. João de Barros, 1563, Espinheiro — munidos dos seus cartões de inscrição, carteira de identidade e cuneta esferográfica azul ou preta.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 10 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 192

Diário Oficial

TJPE aumenta quadro de magistrados



Maria Aparecida, uma das magistradas nomeadas.

O resultado final do concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância, realizado pelo Tribunal de Justiça, aponta um dado novo e interessante: dos 27 aprovados, 7 são mulheres. Se esse fato já não é novidade nos tempos atuais, pelo menos para o Poder Judiciário significa um acréscimo de 100% no seu quadro de juízas.

A trajetória das mulheres que decidiram ingressar na magistratura estadual, no exercício da profissão de Juiz de Direito, começa em março de 1966. Nesta data, tomava posse Magui Lins de Azevedo. Mas, esse fato somente seria repetido depois de mais de 20 anos, com a posse de

duas novas juízas, Maria de Fátima Almeida e Maria Aparecida Dias Costa.

Hoje, o TJPE conta com 7 juízas em seu quadro de magistrados (Ver Box), sendo apenas uma da 3ª Entrância, no Recife. As novas juízas tomam posse na próxima terça-feira, no Salão Nobre do Palácio da Justiça. Angela Cristina de No-

rões Lins, Cátia Luciene Laranjeira de Sá Sampaio, Marylúcia Feitosa Martins, Andréa Epaminondas Tenório de Brito, Eliane Ferraz Guimarães Novais, Maria Rosa Vieira Santos e Maria Auri Alexandre receberam os cumprimentos e as boas vindas do desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça.

Comarcas fazem homenagem a Carlos Xavier

O desembargador Carlos Xavier, há pouco mais de três meses na presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, receberá título de cidadania dos municípios de Caruaru, Pesqueira e São José da Coroa Grande. Será, ainda, alvo de homenagens prestadas pelos moradores de Bodocó e Rio Formoso. As solenidades serão posteriormente marcadas.

A iniciativa faz parte do reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo desembargador, quando exerceu a função judicial em aqueles municípios. Em Rio Formoso, onde

morou por muitos anos, foi vereador durante duas legislaturas, que compreenderam o período de 1947 a 1955.

Recentemente, o desembargador Carlos Xavier

foi homenageado pela comunidade de Nazaré da Mata e pelos serventários de Justiça de Gravata, Bezerros e Vitória de Santo Antão. Na oportunidade, ao falar de sua gratidão, destacou a necessidade de união entre os que fazem a Justiça pernambucana.

—Duvido que magistrado algum demonstre suas qualidades produtivas de serviço, sem contar com a eficiência de trabalho de um escravidão, de um distribuidor e de um oficial de justiça. Nas vezes em que comparei a Justiça a um veículo, digo que o oficial de justiça é a roda, porque sem ele justiça nenhuma anda.

Magistradas com exercício no Estado de Pernambuco

3ª Entrância

Magui Lins de Azevedo — titular da 7ª Vara Criminal da Comarca do Recife

2ª Entrância

Maria de Fátima B. Leite de Almeida — titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru
Maria Aparecida Dias Costa — Juíza de Direito Substituta com exercício na Vara Criminal de Caruaru

Andréa Chistiany Gomes da Costa — Juíza Substituta com exercício na 1ª Vara Criminal de Petrolina

Valéria Bezerra Pereira Wanderley — Juíza Substituta com exercício na 1ª Vara Cível da Comarca de Olinda

1ª Entrância

Janine de Almeida Sodré da Mota — Juíza Substituta com exercício na Comarca de Cupira
Paula Maria Malta Teixeira do Rego — Juíza Substituta da Comarca de Gameleira



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pais Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriana Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Hedistas:
Christiane Alencar, Lúcia Carvalho e Marcos Glicério

Fotografia:
Jorge Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pça. da República, s/nº — 5º Andar — Recife-PE. — CEP 50010-100 — Fone: 424.3811/8-214 — Telex: 3316

Presidente faz palestra para os novos juizes

Os desembargadores Carlos Xavier e Etério Ramos Galvão, respectivamente presidente do TJPE e corregedor-geral, fazem, hoje, às 8 horas, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, a abertura

do Curso de Iniciação à Função Judiciária, destinado aos 27 novos juizes aprovados no último concurso realizado pelo Tribunal. O curso tem duração de um mês, com aulas pela manhã e à tarde.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 193

Diário Oficial

Centro de Recuperação pode ser realidade em Pernambuco

O desembargador Nildo Nery mantém contatos com o secretário da Justiça, Marcos Cabral, e com o juiz Manoel Rafael Neto, das Execuções Penais, no sentido de que seja criada em Pernambuco uma instituição semelhante ao Centro de Sentenciamento e Serviços de Aprendizagem — Case — que funciona nos Estados Unidos, em Nova Iorque. O Center For Alternative Sentencing and Employment Services é uma entidade americana, destinada à recuperação de pessoas condenadas por crime de natureza leve e uso de drogas. Nesse caso, não estão envolvidos os traficantes.



Des. Nildo Nery desenvolve estudo sobre área criminal

Com 82 funcionários, entre advogados e pessoal administrativo, o trabalho do Case — basicamente voltado aos jovens — é conseguir, junto aos juizes das diversas Cortes de Justiça novaiorquinas, a transformação da pena privativa da liberdade em prestação de serviços à comunidade, seja nos hospitais, cemitérios, parques ou outros locais de acordo com a aptidão de cada um. Cerca de 1600 jovens foram atendidos durante o ano passado, quando se constatou índice de 62% de recuperação.

Antes do contato com os magistrados, o Case avalia o perfil do acusado, verificando a possibilidade do mesmo vir a ser enquadrado nas normas da instituição. Durante o período em que estiver prestando serviços não remunerados à comunidade, durante oito horas por dia, o sentenciado sofrerá fiscalização por parte de pessoal especializado do Centro. Em caso de não cumprimento, será devolvido ao juiz que o remeterá à prisão, com aumento da pena anteriormente fixada.

De acordo com o desembargador Nildo Nery, "com assistência governamental, Pernambuco tem condição de comportar entidade semelhante, voltada apenas ao réu primário, portador de bons antecedentes. Adotar programa desse tipo para criminoso habitual, somente se houver modificação na atual legislação, o que já vem sendo tratado, uma vez que a Escola Nacional da Magistratura está formulando anteprojeto de reforma do Código Penal".

Embora a criação de entidade similar, esteja ainda em fase de estudo, a justiça pernambucana já deu os primeiros passos nesse sentido. Recentemente, o desembargador Nildo Nery, como relator de processo, transformou a pena privativa de liberdade de um motoqueiro (condenado a dois anos e 10 meses por matar uma pessoa em acidente de trânsito) em serviço prestado à comunidade de Vitória de Santo Antão. O secretário Marcos Cabral e o juiz Manoel Rafael Neto são sensíveis à criação de um organismo que ofereça novas oportunidades ao jovem delinqüente.

PENITENCIÁRIA DE RENO

Durante a viagem, o desembargador Nildo Nery pode constatar que a superpopulação carcerária é um problema comum aos Estados Unidos e Brasil. Nos presídios nacionais há cerca de 150 mil detentos, embora a capacidade seja de apenas 49

mil pessoas. A penitenciária de Reno por sua vez, em Nevada, que comporta 500 presos, abriga atualmente 1.700 sentenciados. A diferença, contudo, é que o estabelecimento é considerado modelo. Desde 88, quando foi inaugurado, houve apenas um caso de fuga.

Os presos — homens e mulheres — estão divididos em cinco grupos: de escassa à alta periculosidade. Cada grupo é identificado por uma determinada cor, correspondente à classificação na qual está inserido. Existe segurança máxima para aqueles que representam maior perigo à sociedade, havendo controle absoluto, através de câmeras de vídeo. Os menos perigosos têm direito a trabalhar fora durante o dia, embora sejam submetidos a fiscalização eletrônica. Todos recebem tratamento médico-dentário, incluindo assistência psiquiátrica.

CONCLUSÕES

Foram as seguintes as conclusões do desembargador, ao final da viagem: os crimes do colarinho branco merecem profunda investigação das autoridades americanas. Os crimes de maior incidência são aqueles que envolvem drogas. A Corte Criminal de Nova Iorque funciona ininterruptamente com 98 juizes. O prazo para conclusão de processos na 1ª instância é de 70 dias.

— O acusado de Reno não precisa se deslo-

car para a Corte de Justiça. As audiências são realizadas a distância, através de circuito interno de TV. Nos Estados Unidos é vedado recurso à acusação. Mesmo em se tratando de co-autoria ou de crime conexo, o civil não é julgado por Tribunal Militar. O crime de homicídio é imprescritível.

— A pena de morte continua sendo aplicada em 37 estados. Cerca de 2.300 sentenciados aguardam sua hora, com sucessivos recursos na tentativa de se livrarem da pena capital.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass Baneto
Roberto

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademir Pass

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Chicklene Alcantara, Lúcia Carvalho e Marcelo Glória

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Editoria de Arte:
João Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/n — 5º Andar — Recife-PE — CEP 51010-000 — Fone: 424.3811/214 — Telex: 2118

Judicatura Experimental faz parte de curso

O juiz Jones Figueiredo será o responsável pelas aulas de Judicatura Experimental, a serem ministradas aos novos juizes do Tribunal de Justiça, durante o Curso de Iniciação à Função Judiciária, no período de 14

de outubro a 12 de novembro. As aulas constituem apresentações de casos judiciais concretos julgados e com sentença transitada e outros casos hipotéticos, para que os magistrados formulem juízo de valor e apresentem sentença.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1992

Nº 194

Diário Oficial

Justiça Estadual tem novos magistrados

Desembargadores, juizes, promotores, advogados, familiares e amigos prestigiaram a posse dos novos juizes substitutos de 1ª entrância, o que tornou a solenidade, realizada no Salão Nobre, bastante concorrida. Os novos magistrados foram saudados pelo presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho.

O presidente fez um breve discurso e destacou que a nova função deve ser adotada como "Religião da Pátria" e "A autoridade de juiz é uma delegação do povo e ela não está consagrada apenas em direitos, porém em muitos deveres, destacando-se o de não corromper a consciência pública resultando no descrédito do Judiciário perante a sociedade".

Dentre os novos juizes, sete são mulheres, tendo sido esse o concurso com maior número de magistradas a ingressarem no TJPE. Com as aprovações a quantidade de juizes no Estado foi duplicada. A esse o presidente trouxe uma mensagem especial, enviada pela presidente da Associação das Magistradas Brasileiras, desembargadora Sheldna Lombardi de Kato, que externou a sua alegria por tão importante acontecimento, e que contribui para promover o fortalecimento da classe.

Primeiro colocado no concurso, Flávio Augusto Fontes de Lima, 26 anos, falou em nome dos novos magistrados. "Pelo que nos foi possível avaliar, a nenhum dos colegas falta: coragem, abnegação, elevados propósitos, nobreza

de caráter, discernimento, desejo de aprender e, acima de tudo, boa vontade. Como se deduz desses pré-requisitos para o exercício da mais nobre função a

que é dada ao homem aspirar".

A cerimônia contou com a presença da Corte de Justiça, do secretário

de governo da Prefeitura do Recife, Deocleciano Oliveira, do presidente da OAB, seção Pernambuco, Jorge Neves, entre outros convidados. Logo

após o discurso do presidente, os magistrados prestaram juramento. Dos vinte e sete, apenas 25 foram empossados.

CURSO

Ontem, os novos juizes começaram o Curso de Iniciação à Função Judiciária que está sendo realizado na Escola Superior da Magistratura, com término previsto para o dia 12 de novembro. O curso é obrigatório, aos participantes será permitido um máximo de duas faltas, desde que justificadas.

As aulas estão sendo

ministradas pela manhã, das 8:00 às 12:00h e à tarde, das 14:00 às 18:00h. No programa estão incluídos os seguintes temas: Registros Públicos, Tribunal do Juri, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito do Menor, Direção do Foro, Varas Cíveis e de Família, Prática de Inspeção, Função Judiciária, Varas Criminais e Direito Eleitoral.

DISCURSO

O discurso de saudação aos novos magistrados, proferido pelo presidente Carlos Xavier, na íntegra, está na 2ª página.



Em clima festivo os novos juizes tomaram posse.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral
Des. Elvino Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademir Pavia

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcibiana, Lúcia Carvalho e Marcos Sávio

Fotografia:
Assis Barreto

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pça. da República, 60 - 5º Andar
Recife-PE - CEP
50.010 - Fone: 424.3811 R214
-Telex: 2116

Cônsul visita Tribunal de Justiça

Em visita ao Tribunal de Justiça, a cônsul italiana, Maria La Verona, foi recebida pelo chefe do Poder Judiciário, desembargador Carlos Xavier, e seus assessores. Durante o encontro, o desembargador-presidente comentou o momento histórico pelo

qual o país está passando. A cônsul, por sua vez, afirmou estar encantada com o Nordeste, em particular com Pernambuco. Ao final do encontro, o presidente entregou um livro sobre a história do Palácio da Justiça e um trabalho de renascença.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 195

Diário Oficial

Os novos e jovens magistrados pernambucanos

"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição Federal, a deste Estado, observar suas leis, promover o bem coletivo e exercer o meu cargo sob a inspiração das tradições de lealdade, bravura e patriotismo do povo pernambucano". Com estas palavras, Flávio Augusto Fontes de Lima, primeiro colocado no concurso para juiz substituto de 1ª entrância, realizado pelo Tribunal de Justiça, prestou juramento em nome dos demais colegas, durante solenidade de posse.



Aumenta participação feminina na magistratura estadual

Estudar muito foi o recurso utilizado por aqueles que pretendiam ingressar na carreira de magistrado. "Foi um trabalho de base", que começou não apenas às vésperas do concurso, mas ainda nos bancos da faculdade e que se prolongou na Escola Superior da Magistratura. O resultado foi visto no dia 13, terça-feira, quando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, presidiu a solenidade de posse e deu as boas vindas aos novos juizes pernambucanos.

Alguns mais velhos, outros mais novos. Mas o que se pode constatar é que prevaleceu a faixa de idade entre os 20 e 30 anos. O primeiro colocado, por exemplo, tem 26 anos. A mesma idade da primeira colocada entre as mulheres aprovadas, Ângela Cristina de Norões Lins, sexto lugar na classificação, e o mais novo da turma, com 22 anos e garante que sempre pensou em seguir a magistratura.

Ciente de que o senso de responsabilidade faz parte de sua vida em todos os momen-

tos, Flávio Augusto foi o laureado da turma de advogados de 89. Estudioso, acha que o segredo do sucesso é a paixão com que se entrega às coisas que faz. "O país vive um momento em que o Judiciário não é tratado com o respeito que merece um Poder com a sua soberania. É muito difícil manter a Justiça com um orçamento anual inferior a 2%. Daí, não acredito ilusões quanto à questão de pompa ou mordomia. Mas acredito que, quando somos apaixonados e amamos a coisa pública, todas as dificuldades são superadas. Assim, tenho certeza de que vou dar minha contribuição à nação brasileira".

Como primeiro colocado, Flávio Augusto tem o privilégio de escolher a Comarca onde pretende começar a carreira. Ainda não sabe para onde vai, mas confessa sua preferência por Passira, "região de Limoeiro, onde existe um povo ordeiro e onde teria melhor estrutura de trabalho". Ainda sozinho, vê a magistratura como uma oportunidade de ser um instrumento de Deus. Evangé-

lico, não esquece de creditar ao Senhor, a maior parcela de responsabilidade pelas vitórias obtidas.

SEXO FORTE

As mulheres estão presentes na magistratura estadual. Ainda tímidas — até então, eram apenas sete — elas já começam a arregimentar forças e, hoje, depois da posse, já somam 14. Ângela Cristina Norões Lins, 26 anos, formou-se em dezembro de 88. Fez a Escola da Magistratura e foi a sexta classificada no concurso, com média 7,27. Entre as mulheres, foi a primeira colocada. Depois de uma experiência como assessora do desembargador Valdemir Lins e de condecoração pela Justiça Federal, Ângela se inicia na magistratura com a expectativa de que a entrada de tantos jovens na profissão traga renovação de idéias. Afirmou que apesar da crise atual e das dificuldades financeiras, o Judiciário ainda mantém sua credibilidade perante a comunidade brasileira.

"Como juíza, ainda não houve tempo para incorporar o espírito de autoridade, mas

tenho convicção de que a função é de relevância perante a sociedade e isso impõe o uso do senso de responsabilidade".

DA BAHIA A PERNAMBUCO

Para mostrar que nem só de pernambucanos se faz a magistratura estadual, Isaías Andrade Lins Neto, 22 anos — o mais novo da turma — saiu de Salvador para ser um dos novos juizes do TJPE. cursou a Faculdade Federal da Bahia, depois a Escola Superior da Magistratura e hoje, apesar da responsabilidade de que o cargo impõe, sabe que serão superadas todas as dificuldades que encontrará no exercício da função.

Desde a época de faculdade, Isaías alimentava o desejo de ser juíz e, a cada dia em que exerceu a advocacia em Salvador, durante mais de um ano, podia perceber que a sua vocação era a de ser realmente um magistrado. A aptidão foi confirmada durante o curso preparatório à carreira, quando verificou um pouco "na prática, o que vem a ser a atividade".

Numa rápida análise,

Isaías disse que, durante o exercício da advocacia, vivenciou algumas dificuldades "comuns a todo judiciário brasileiro". Dentre elas, citou "a pequena quantidade de juizes para atender toda população que recorre à Justiça para pedir tutela jurisdicional".

Desde quarta-feira, os novos magistrados estão participando do Curso de Iniciação à Função Judiciária. Durante aproximadamente um mês, com aulas pela manhã e à tarde, eles estarão na Escola Superior da Magistratura, junto a um corpo docente dos mais prestigiados na judicatura pernambucana. Entre desembargadores e juizes, os recém-nomeados estarão dando os primeiros passos práticos em Registros Públicos, Tribunal do Juri, Direito Processual Civil e Penal, Varas Cíveis, de Família e Criminais, Direito do Menor e Eleitoral, Direção do Foro, Prática de Inspeção e Função Judiciária. Somente depois do curso, é que o desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, designará a Comarca de atuação de cada um dos novos magistrados.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Para Damato Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Eládio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcimar Pava

Editor:
Roberta Tavares

Redatores:
Christiane Alcantara, Lucia Carvalho e Marconi Glautz

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Editora de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Rça. da República, s/n — 52º Andar — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 424.3811 R.214 — Telex: 3116.

Conciliação alcança marca dos 90%

Os Juizados Especiais de Pequenas Causas alcançam, cada vez mais, elevados índices de conciliação. No período de junho a setembro, o JEPC do Cabo conseguiu atingir o percentual de 90,20% de

acordo entre as partes envolvidas nos processos analisados. Já o Juizado de Caruaru, no mês passado, chegou a resolver 93,10% das questões reclamadas pelo povo daquela cidade.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SABADO, 17 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 196

Diário Oficial

A modernização da Justiça em debate

"Proveitoso", foi como o desembargador Carlos Xavier analisou o Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado entre 8 e 10 de outubro, em Minas Gerais. Na ocasião, os magistrados estiveram reunidos na busca de melhores soluções para o engrandecimento das instituições de Direito no âmbito da Carta Magna. Durante o período, foram debatidos vários princípios legais para o fortalecimento do Poder Judiciário, notadamente em relação a sua independência financeira e administrativa, como também uma reprovção geral ao movimento que visa a instituição de um órgão censoral externo, para fiscalizar e reprimir, inclusive com punições, os magistrados. O Diário Oficial do Poder Judiciário transcreve, na íntegra, matéria publicada no "Estado de Minas", da imprensa mineira, sob o título "A Justiça e a Sociedade", acerca do Encontro.



Presidente viu bons resultados no Encontro Nacional

O Encontro de presidentes de Tribunais de Justiça possibilitou a reabertura política da discussão de alguns temas de fundamental importância para a evolução da sociedade e da democracia brasileiras. O primeiro deles diz respeito à modernização da Justiça, entendido o conceito como racionalidade, agilidade e facilidade de acesso por parte dos mais pobres ou desprovidos de assessoria jurídica. Não só pelo momento de mudança por que passa o País, mas até pelas conclusões do próprio Poder Judiciário, é absolutamente urgente uma ampla reforma da Justiça brasileira e a oportunidade maior é justamente a reforma constitucional prevista para 1993.

Pensa-se, num primeiro momento, em um Conselho Administrativo, ideia que já se encontra em exame e na fase de elaboração de um anteprojeto no Supremo Tribunal Federal. Pelo Conselho, com representantes da sociedade, iria

se tentar controlar o desempenho do Poder Judiciário quanto ao atendimento dos objetivos básicos da modernização. Mas é claro que esse Conselho não pode impor limitações à liberdade inerente ao Poder Judiciário e seus membros. É provável, no entanto, que esta matéria possa ser enviada ao Congresso Nacional nos próximos meses.

Em meio à discussão dos magistrados, é significativa a demonstração feita pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas, desembargador José Fernandes Filho, quanto ao esforço para despachar processos. Calculou-se em 700 mil o número de processos parados e hoje esse número já se acha reduzido à metade e com prazo para se chegar a volume razoável em pouco tempo. O presidente do Tribunal mineiro não vê insuficiência de juizes em Minas para a conclusão desse trabalho. Apenas é preciso ter-se disposição de des-

pachar, com o apoio dos recursos administrativos e humanos que o Tribunal pode colocar hoje a serviço da Justiça.

Justiça isenta, ágil e acessível a todos, é condição essencial à existência de uma democracia de fato. A Justiça brasileira tem sofrido críticas e seu esforço de modernização precisa, como reconhecem seus dirigentes, ser mais acelerado e incluir projetos de maior alcance. A Justiça de Pequenas Causas, oral e ligeira, a exemplo de outros países, precisa ser implantada. O serviço cartorial precisa chegar à era da informática. A questão documental e de registro, entre outras normas burocráticas, deve encontrar sucedâneos, de maneira a facilitar o processo judicial e ampliar as condições de o julgador manifestar sua opinião. A hora é de o Poder Judiciário se movimentar, com segura audácia, em direção ao cum-

primento pleno de seus objetivos, essenciais à modernização da sociedade brasileira.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Solimão

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Desembargador-Geral:
Des. Elmano Ramo Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriana Parva

Editora:
Roberta Tavares

Revisores:
Christiane Alcântara, Lúcia Cavaleiro e Marcos Gouveia

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Cassio Dias

Edição de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, 309 — 5º Andar — Recife-PE. — CEP 50.810 — Fone: 424.3811/8-214 — Telex: 3116

Tribunal tem representante no Congresso de Informática

O XXV Congresso Nacional de Informática será realizado de 19 a 23 deste mês, no Centro de Convenções, Representando o Tribunal de Justiça do Estado, a diretora do Núcleo de Informática e Sistemas, Lizete Peixoto

Guedes, irá falar sobre "Informática Jurídica". Esta é a primeira vez que o congresso acontece aqui em Pernambuco, tendo sido estruturado para atender as necessidades dos usuários da informática.



ANO XXXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 197

Diário Oficial

TRE tem novo presidente

Depois de ocupar por mais de um ano a vice-presidência do Tribunal Regional Eleitoral, o desembargador Otilio Neiva foi eleito presidente daquele órgão de justiça especializada, assumindo a vaga deixada pelo desembargador Cláudio Américo de Miranda, que concluiu o mandato. A eleição, seguida de posse, ocorreu em sessão solene do pleno, na presença de magistrados, funcionários, amigos e familiares. Na ocasião, o desembargador Mauro Jordão de Vasconcelos foi empossado como membro efetivo do TRE e, em seguida, eleito vice-presidente.

Otilio Neiva, fez um breve relato de sua vida como magistrado e aproveitou a oportunidade para defender modificação na legislação eleitoral.

A primeira sessão da nova Mesa Diretora do TRE aconteceu logo após os cumprimentos recebidos. Durante a reunião, que contou com os demais membros do Tribunal Regional Eleitoral — juízes Nereu Santos, Eneás Barros e José Fernandes Lemos, advogados Euclides Dias e José Newton Carneiro da Cunha e procurador regional Joaquim José de Barros Dias — houve julgamento para concessão de habeas-corpos a dois pacientes presos em Glória do Gostá.



Presidente defende modificações na legislação eleitoral



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Substituto

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elvio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademir Peiva

Editor:
Roberto Tassara

Redatores:
Christiane Alcantara, Lúcia Carvalho e Marcos Glauco

Fotografia:
José Barboza

Diagramação:
Celeste Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/nº — 50.040-000 — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 424.2811/19.214 — Telex: 35115

Durante a solenidade, falaram o juiz José Fernandes Lemos, em nome da Associação dos Magistrados de Pernambuco, o procurador regional eleitoral Joa-

quim Dias, o advogado Márcio de Souza, representando a classe e o desembargador Mauro Jordão. Ao agradecer, o novo presidente do TRE, desembargador

Tribunal assina convênio com CBIA

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, assinou, ontem, convênio com o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. O convênio federal prevê o repasse de cerca de Cr\$ 130 milhões, dividido em três parcelas, durante os meses de outubro, novembro e dezembro. A verba será destinada ao Juizado da Infância e da Juventude da 1ª e 2ª varas privativas da Capital.

Os principais alvos que o convênio deverá atingir são a instituição de um manual de

normas, rotinas e procedimentos; divulgação do Estatuto da Criança e Adolescente, entre os magistrados; capacitação de recursos humanos e melhoria das condições físicas dos juizados.

A quantia referente ao mês de outubro será depositada na conta-convênio ainda esta semana, segundo a representante do CBIA em Pernambuco, Ester Costa Rodrigues. Um encontro para conscientização e esclarecimento dos juízes, que lidam com a causa do menor no Estado, também está sendo programado.

Simpósio Nacional tem presenças ilustres

“O Processo e a Constituição” foi o tema central do 3º Simpósio Nacional de Processos, realizado durante os dias 15, 16 e 17, numa promoção do Instituto de Estudos Jurídicos do Rio de Janeiro. O coordenador geral da Justiça Estadual, desembargador Elcírio Ramos Galvão, participou do evento, acompanhado

do pelo supervisor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, Proferio de Almeida Neves. O encontro contou com a presença de destacados juristas nacionais como José Carlos Barbosa Moreira, Celso Lacerda, Ada Pellegrini, Calmon de Passos e Luiz Vicente, ministro da Superior Tribunal de Justiça.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 198

Diário Oficial

Presidentes defendem Judiciário independente e autônomo

Uma democracia de fato prevê a existência de um Poder Judiciário forte, imparcial, ágil e voltado para todas as classes de nossa sociedade. A Justiça Brasileira, apesar dos problemas ainda existentes, tem caminhado nesse sentido. Mas para que isso aconteça, os seus representantes têm repetido que é essencial a independência institucional e a autonomia administrativa e financeira do Judiciário. Essa foi uma das conclusões tiradas do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, realizado este mês em Belo Horizonte. O presidente do TJPE, desembargador Carlos Xavier, um dos participantes do evento, relata que as principais resoluções do encontro estão na direção de uma Justiça plena, cumpridora dos objetivos designados pela Constituição.



Eis aqui as conclusões dos magistrados:

1º) A atualização da prestação jurisdicional é inadiável dever do Poder Judiciário, cabendo aos Tribunais de Justiça encontrar meios de pra-

tizá-la, com segurança e criatividade;

2º) A revisão constitucional prevista para 1993 há de conter-se nos limites, explícitos ou implícitos, previstos na própria Carta vigente;

não está repleta à forma e sistema de governo, resultantes de consulta plebiscitária, nem poder a extensão inerente ao exercício do poder constituinte originário; 3º) A independência institucional do Poder Judiciário manifesta-se, em primeiro lugar, pela competência de rever os atos normativos dos três Poderes, podendo declarar sua invalidade, anulando-os, ou suspender sua eficácia cautelarmente, se contrários à Constituição e à Lei. Outra face da independência institucional do Poder Judiciário manifesta-se pela independência dos magistrados, no exercício do seu ofício, não estando sujei-

tos senão à Constituição, às leis válidas e aos ditames de sua consciência. Uma terceira manifestação dessa independência institucional afirma-se na autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, não ficando sujeitos, no particular, a juízos de oportunidade e conveniência dos outros Poderes, os atos de governo do Judiciário. Essa autonomia de administrar os serviços da Justiça fica, em consequência, sujeita, apenas, a planejamento e juízos de necessidade formulados pelo próprio Judiciário, submetidos seus atos sempre à Constituição e aos princípios da legalidade, da moralidade e da publicidade. A autonomia financeira, enquanto expressão dessa independência institucional, pressupõe a elaboração de orçamento do Judiciário, pelos tribunais competentes, com base em critérios e prioridades, por eles próprios estabelecidos e a serem aprovados, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conjuntamente com os demais Poderes; 4º) A autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário há de ser buscada com determinação e firmeza pelos tribunais competentes, mediante prévio acatamento, entre os três Poderes, dos projetos de lei de Diretrizes Orçamentárias, com rigorosa e

oportuna liberação dos duodécimos reservados ao Poder Judiciário;

5º) O controle da atividade do Poder Judiciário por órgão a ele estranho atenta contra a independência dos seus juízes; por isso mesmo, a atividade censória, na área judiciária, há de ser exercida, de forma efetiva e eficaz, pelo Conselho Nacional da Administração da Justiça, nos termos do anteprojeto do Estatuto da Magistratura, elaborado pelo STF, para apreciação do Congresso Nacional.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires Diniz
Sorocaba

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elcírio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademir Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcantara, Lúcia Cal
valho e Marconi Glória

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editor de Arte:
Aldo Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/nº — 52º An-
drio — Recife-PE — CEP
50.010 — Fone: 424.3811/8-214
— Telex: 3116

Desembargador paraibano visita TJPE

Quem visita hoje o TJPE é o desembargador Antônio Elias de Queiroga, membro do Tribunal de Justiça da Paraíba. Ele vem acompanhado pelo coordenador do Setor de Informática daque-

le Tribunal, dr. Marcílio Nóbrega. Aqui, os dois serão recebidos pelo desembargador-presidente Carlos Xavier, devendo conhecer de perto o funcionamento do nosso Núcleo de Organização e Sistemas.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 199

Diário Oficial

Tribunal agiliza planejamento setorial

Os departamentos e núcleos que integram o Tribunal de Justiça colocam no papel o planejamento setorial, conforme ficou determinado na última reunião administrativa, que envolveu os diversos dirigentes. Cada setor está fazendo cadastramento das ações que pretendem implementar, bem como a operacionalização dos serviços.



A assessora de Planejamento analisa as informações



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldeir Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Abadeiro, Lucila Calvo e Marcos Gláucio

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pq. da República, 101 — 5º Andar — Recife-PE — CEP 50.040 — Fone 426.381/18-214 — Telex 3116

Todo esse material está sendo analisado pela assessoria de Planejamento, segundo informou a assessora do presidente, Silvana Maria Orsi. "Logo que tenhamos todas as informações, vamos discriminar as que têm relação com a área de planejamento e as ações específicas voltadas para os serviços judiciais".

Algumas modificações já estão sendo realizadas nas instalações físicas do TJPE. Estão sendo reestruturados gabinetes de alguns desembargadores. O Conselho da Magistratura também está realizando mudanças para melhor aproveitamento do espaço físico. De acordo com a assessora, essas alterações não implicam necessariamente em gastos financeiros, resultam em melhor aproveitamento dos espaços e, consequentemente, mais agilidade no desenvolvimento das ações.

O cadastramento de ações de cada departamento e núcleo irá servir de embasamento para o planejamento global do Tribunal de Justiça. De acordo com Silvana, o que se pretende é uma participação dos diversos setores

na elaboração do planejamento, na seja uma integração que possibilite o desenvolvimento de ações conciliadas, e isso só será possível a partir do momento em que cada setor traçar seu planejamento interno.

TJPE recebe embaixadores

O narcotráfico foi o assunto principal entre o desembargador Carlos Xavier e os embaixadores da Venezuela e Colômbia, Sebastian Alegrre e Guillermo Alberto Gonzalez. Os dois, que estavam em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça, davam seqüência a uma série de contatos com autoridades pernambucanas.

Objetivo da viagem, que inclui paragens pela Itália e França, com retorno a Brasília, é o estreitamento das relações comerciais e culturais entre o Brasil, Venezuela e Colômbia além de uma divulgação "contingente" sobre a luta que aqueles países da América Latina têm empreendendo contra o narcotráfico.

Informações prestadas pelo embaixador Sebastian Alegrre dão conta de que a Venezuela procura fortalecer a cadeia judicial. A modificação passa pela interdependência do sistema e está incluída na reforma constitucional. De acordo

com o embaixador, a viagem permite a oportunidade de conhecer melhor a instrução brasileira.

Contatos com o governador Joaquim Francisco, deputado Geraldo Barbosa, presidente da Assembleia Legislativa, e prefeito Gilberto Marques Paulo, além de dom Hélder Câmara, fizeram parte da programação pernambucana dos dois representantes. As visitas foram estendidas à Oficina de Brentand, no Museu do Homem do Nordeste e à (Ronda). Mereceu destaque a solenidade em homenagem à memória do general Abreu e Lima, no Cemitério dos Ingleses.

IMB prestigia solenidade

Foi com a entrega de um broche da magistratura que o Instituto dos Magistrados do Brasil — IMB — prestou homenagem ao primeiro colocado no concurso para juízes, promovido pelo Tribunal de Justiça, Flávio Augusto Fontes de Lima. Com

quase 13 anos de funcionamento, o Instituto é um organismo cultural, de âmbito nacional, que tem a finalidade de promover a integração da classe, através da realização de seminários, simpósios e publicação de obras jurídicas.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 200

Diário Oficial

Secretário da Fazenda visita TJPE

Em visita ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, o secretário da Fazenda, Luiz Otávio Cavalcanti, colocou-se à disposição do Poder Judiciário, no sentido de manter um bom entendimento entre os dois poderes.

Segundo o secretário, a atual conjuntura nacional exige uma nova ética pública, o que implica, necessariamente, numa nova ética fiscal. Como fez questão de frisar, a Secretaria da Fazenda irá combater firmemente a sonegação de impostos e, para tanto, precisa do apoio do



Executivo e Judiciário unidos contra a sonegação

Judiciário nesse processo.

Durante a reunião, da qual participaram, também, juízes das varas da Fazenda, o procurador Sérgio Higino e o desembargador Arthur Pio dos Santos, além da assessoria de planejamento da presidência, o representante do Poder Executivo sugeriu a realização de um seminário sobre legislação e jurisprudência.

De acordo com o

procurador Sérgio Higino, que ficará responsável pelo entendimento com o Instituto de Administração Fazendária, Ministério Público e Escola Superior da Magistratura sobre a viabilidade do seminário em um dos locais, a legislação fiscal sofreu modificações depois da Constituição de 1988, e muitos temas não têm a jurisprudência firmada. O encontro servirá como uma atualização para os que

fazem a secretaria da Fazenda, juízes, promotores e procuradores.

O presidente Carlos Xavier ressaltou que ambos os poderes só podem funcionar bem, se existir harmonia e bom entendimento. Afirmou, ainda, que o secretário ampliou as relações entre Executivo e Judiciário, a partir do momento que compreendeu a importância dos pleitos apresentados, encaminhando a solução dos mesmos.

Curso aprimora serviços da Justiça

Com o objetivo de atualizar e reciclar o grupo de 105 oficiais de justiça da terceira entrância, visando à elevação do nível de eficiência do serviço jurisdicional, a Corregedoria Geral de Justiça vai realizar treinamento em Aldeia, nos dias 24 e 25, com a participação de instrutores magistrados e técnicos.

Durante o curso de treinamento serão definidos os fundamentos básicos para a padronização dos procedimentos no cumprimento dos principais tipos de mandado. O período — sábado e domingo — deve compreender 13 horas-aula.

O corregedor geral, desembargador Etério Ramos Galvão, presidiará a reunião de abertura, seguido do treinamento propriamente dito sobre Atos e Offícios do Oficial de Justiça nas Áreas Civil e Criminal e definição das bases para a padronização de procedimento.

As aulas estarão a cargo dos juízes Jones Figueiredo, Roberio Ferreira Lins e Gilberto Gondim, além da coordenação e chefia da Central de Mandatos — Cemando. O grupo de oficiais de justiça estará dividido em duas turmas.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Pava

Editor:
Roberto Taveira

Redatores:
Otiliane Alcântara, Lúcia Carvalho e Márcio Gaioso

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/nº — 50.010-000 — Recife-PE — CEP 50.010-000 — Fone: 429.3011/9.214 — Telex: 3116

Desembargadores recebem honraria

Por decreto do vice-presidente Itamar Franco, no exercício do cargo de Presidente da República, os desembargadores João David de Souza Filho e

Cláudio Américo de Miranda foram admitidos no Corpo de Graduados Especiais, da Ordem do Mérito Aeronáutico, no Grau de Comendador.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SABADO, 24 DE OUTUBRO DE 1992

Nº 201

Diário Oficial

Baixa aprovação tem origem no sistema educacional

Os concursos para Juiz Substituto de 1ª Entrância, realizados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, vêm apresentando baixo índice de aprovação. O que foi iniciado em março deste ano, com 714 candidatos, foi concluído em outubro com nomeação de apenas 27 novos magistrados. Outro que se encontra em andamento, devendo ser finalizado em dezembro, tem hoje apenas 30 concorrentes dos 932 inscritos.

O desembargador Etério Ramos Galvão, corregedor geral e presidente da Comissão Examinadora do segundo concurso, responsabiliza a deficiência do ensino pelo baixo índice de aprovação. Afirmou, inclusive, que a situação é similar em todo o País. "Nos outros Estados os resultados são os mesmos e a média de classificação é sempre inferior a 2% do total de concorrentes". Para ilustrar, disse que entre mais de dois mil candidatos somente um foi aprovado, num dos últimos exames realizados pela Justiça carioca.

bacharel de Direito que não estuda matemática, latim e filosofia, matérias próprias para o desenvolvimento do raciocínio". Pernambuco, portanto, não é uma exceção, "nem poderia ser, já que o problema tem origem no sistema educacional". Além disso, o corregedor afirma que sua preocupação não é com o número de aprovados, mas sobretudo com a capacidade de conhecimento de cada um dos novos magistrados.



Juiz Jones Figueiredo é o vice-presidente da entidade nacional

Inscrições para concurso de monografia abrem em janeiro

Entre os dias 1 de janeiro a 30 de abril, o Instituto de Magistrados do Brasil estará promovendo Concurso de Monografias. Os magistrados associados já podem começar a preparar seus trabalhos jurídicos para enviá-los à sede do IMB no período determinado, à Avenida Erasmo Braga, 115, Corredor B, sala 109, Palácio da Justiça, CEP 20020, Rio de Janeiro.

O tema das monografias é livre, devendo se referir a Direito Público ou Privado. Com um mínimo de cinquenta páginas, o trabalho apresentado

deve ser datilografado em espaço dois, em três vias. Não pode haver nenhuma identificação do candidato na matéria concorrente. A identificação dos inscritos será feita através de uma ficha com os dados necessários.

Até o dia 30 de junho do próximo ano, a Comissão Julgadora do Concurso vai apresentar resultado final, com a classificação dos candidatos. Os prêmios serão uma passagem Rio-Paris-Rio, para o primeiro colocado e uma coleção de livros jurídicos da Editora Saraiva, para o segundo lugar. A comissão será formada por três juristas.

No que se refere a Pernambuco, o corregedor considera que a situação não está tão crítica assim, tendo em vista o número de novos juizes. As provas são bem elaboradas, fato reconhecido pelos próprios candidatos, inclusive pelos reprovados. De qualquer forma, como a quantidade de magistrados ainda é insuficiente para preencher as vagas existentes, novos concursos serão realizados, tantos quantos sejam necessários, em curto espaço de tempo.

De acordo com o desembargador Etério Galvão, a deficiência do ensino começa no ginásio. "O sistema não ajuda o jovem a pensar, sobretudo o



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Nelson Paim

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcia Cavallini e Marcos Gaioso

Fotografia:
Jairo Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/nº — SPH-
Itaíba — Recife-PE. — CEP
50.010 — Fone: 424.3811 R-214
— Telex: 3118

Prefeito discute situação judiciária estadual

O prefeito Gilberto Barreto Sobrinho. Durante o encontro, foi discutida a situação dos juizes no Estado e ao baixo índice de aprovados.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 202

Diário Oficial

Desembargadores são homenageados



João David recebe Medalha do Mérito Aeronáutico

Os dois últimos presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral, respectivamente, desembargadores João David de Souza Filho e Cláudio Américo de Miranda, foram agraciados com a Medalha do Mérito Aeronáutico durante a solenidade que comemorou o Dia do Aviador.

A homenagem foi realizada através de um decreto do presidente em exercício, Itamar Franco. Assim, os magistrados foram admitidos no Corpo de Graduados Especiais, da Ordem do Mérito Ae-

ronáutico, no grau de Comendador.

O desembargador João David, quando assumiu a presidência do TJ por cinco meses, estabeleceu como meta prioritária de sua gestão a ampliação jurisdicional. Exerceu, também, os cargos de vice-presidente e corregedor geral da Justiça. No período 91/92, Cláudio Américo esteve à frente do TRE. No Tribunal de Justiça, foi, ainda, corregedor geral e vice-presidente.

Jataúba terá juiz titular

Um dos juizes, recentemente nomeado pelo Tribunal de Justiça, será lotado na Comarca de Jataúba. Essa garantia foi dada pelo presidente Carlos Xavier ao atual prefeito do município, Petronio Siqueira, e ao prefeito eleito, Antônio Cordeiro. Os respectivos chefes do executivo municipal estiveram no TJPE acompanhados de deputado estadual Oséas Moraes.

Os parlamentares vieram trazer a reivindicação da população da cidade, que está sem juiz titular há mais de seis anos. Segundo o deputado Oséas Moraes, os moradores de Jataúba têm se deslocado até a cidade de Santa Cruz do Capibaribe sempre que necessitam de serviços judiciais.

O presidente assegurou que, até o próximo dia 10, o juiz da Comarca será designado. Ele pediu auxílio ao prefeito para

que seja facilitada a moradia do magistrado na cidade. O chefe da Corte de Justiça tem sido firme na sua determinação de fazer o titular morar na própria Comarca, conforme determina a Constituição federal.

Durante o encontro o desembargador Carlos Xavier lembrou que fez a apuração na primeira eleição realizada em Jataúba, em 1962. Ao final do encontro ele falou do livro que o Tribunal pretende editar com a história de to-

das as comarcas do Estado e pediu a colaboração de Antônio Cordeiro, na realização desse trabalho.

O município de Jataúba está situado a 230km do Recife e faz fronteira com a Paraíba. Os mais de 14 mil habitantes vivem basicamente da agricultura. A cidade se orgulha de ser a maior produtora de beterraba de todo o Estado. A cenoura e o tomate também são produzidos em grande quantidade e exportados para o Recife.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pais Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademar Paiva

Editorial:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcio Cavallini e Marconi Glavanin

Fotografia:
João Barreto

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/nº — São Antonio — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/5-214 — Telex: 3316

Carlos Xavier comparece a solenidades

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, estará presente logo mais à solenidade de abertura do III Curso de Especialização em Direito do Consumidor, no Hotel Miramar, em Boa Viagem. Ontem, ele

compareceu à entrega do Título de Cidadão Pernambucano ao dr. Ayrton Marques Mendes, Superintendente da Polícia Federal em Pernambuco. O ato teve lugar na Assembleia Legislativa do Estado.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 203

Diário Oficial

Informática do TJPE em posição de vanguarda

A posição de vanguarda que o Tribunal de Justiça ocupa no setor de informática regional motivou visita de Márcio Soares Ferreira e Marcílio Nóbrega Coutinho, respectivamente Secretário Geral e Coordenador de Processamento de Dados do Tribunal de Justiça da Paraíba. O objetivo foi conhecer e levantar subsídios sobre o processo de informatização do judiciário paraibano, para posterior implantação segura e eficiente de novos programas naquele Estado vizinho.

Criado há cerca de quatro anos, ainda na gestão do desembargador Josias Pereira do Nascimento, o núcleo de informática da Justiça paraibana está ligado, via Embratel, à Cia. de Processamento de Dados — Codada. Atualmente, sob a presidência do desembargador Evandro de Souza Neves, conta com sistema de distribuição e jurisprudência, permitindo consultas e acompanhamento de processos através do Rempac. O TJPB tem bons equipamen-

tos, inclusive microcomputadores recentemente adquiridos.

Uma comissão de informática, presidida pelo desembargador Antônio Elias de Queiroga, é responsável pela definição de toda política de informatização do judiciário paraibano. Formada há um ano, a comissão é integrada ainda pelo Secretário Geral do TJPE, Márcio Soares e pelo Coordenador de Processamento de Dados, Marcílio Nóbrega Coutinho.

Informatização do Judiciário é tema de debate

Durante a 1ª Feira de Informática, a diretora do Núcleo de Informática do Tribunal de Justiça, Lizete Peixoto, participou do debate a respeito da informatização do Judiciário e, mais especificamente, no TJPE e Juizado de Pequenas Causas.

Durante a exposição, Lizete explicou o processo de informatização do TJ, através do histórico da implantação do sistema no órgão. Segundo informou, o Núcleo começou a funcionar em 1988 e em 1989 o 1º Juizado de Pequenas Causas, que se localiza no Rosário, já estava sendo informatizado.

Atualmente, de um total de 10 juizados, 6 são informatizados. Além do Rosário, os do Cordeiro, Prazeres, Carnauro, Petrolina e Afogados já contam com pessoal qualificado e equipamentos. Os demais JPC e as comarcas do Interior também fazem parte do projeto de informatização.



Lizete Peixoto, segunda à direita, responsável pela informática do TJPE



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elvira Ramalho Góes

Assessor de Imprensa:
Aldemir Paiva

Editora:
Rebêccia Lacerda

Reitores:
Christiano Alcântara, Lúcia Carvalho e Marcos Glauco

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/nº — 51º Andar — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 424.3811 R-214 — Telex: 3116

Comércio varejista homenageia TJPE

Nos 50 anos da Federação do Comércio Varejista do Estado, o Tribunal de Justiça será homenageado com a "Medalha do Cinquentenário". A sessão solene está marcada para hoje, às 19:00h, no auditório do Senac, à avenida Visconde de Suassuna, nº

500. A honraria foi instituída para homenagear personalidades e instituições que prestaram relevantes serviços em prol do engrandecimento de Pernambuco. Na ocasião, a nova diretoria eleita para o triênio tomará posse.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 204

Diário Oficial

Posto do Bandepe sofre reformas



Carlos Xavier discute melhoria bancária

O posto do Bandepe, que atende aos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça, vai se transformar numa agência. Esse foi um dos resultados da reunião entre o chefe da Corte de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, o presidente do Bandepe, Paulo Henrique Sobreira e o secretário da Justiça, Marcos Cabral.

Para tanto, haverá uma ampliação do espaço ocupado pelo Bandepe, sendo que todas as despesas com a reforma devem ser custeadas pelo próprio banco. Segundo o presidente Carlos Xavier, a iniciativa vai servir para proporcionar um melhor atendimento aos magistrados e aos serventurios.

O desembargador-presidente ressaltou, ainda, como um ponto bastante importante, a abertura da conta-poupança para pagamento de indenização dos acidentes de trabalho pelo Bandepe. Anteriormente, esse serviço funcionava pela Caixa Econômica Federal. Através de um entendimento entre o TJ e o INSS, a conta deve passar pelo Bandepe, a partir de agora.

Treinamento visa melhoria do atendimento ao público

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça encerra, hoje, mais um treinamento de atendimento ao público, desta vez com os funcionários do Departamento Cível. O trabalho teve ainda como objetivo melhorar as relações interpessoais no funcionamento daquele setor do Palácio da Justiça.

No treinamento, ministrado pelas coordenadoras do NRH, Laura Argolo e Gisela Santos, os servidores receberam noções básicas de relações humanas através de bibliografia especializada, com posterior discus-

são entre o grupo. Em outro módulo, os participantes assistiram a filmes com situações rotineiras de atendimento ao público e seus principais problemas. Depois, através de técnicas de dinâmica de grupo, os funcionários

podem colocar em prática tudo o que foi debatido.

Segundo as coordenadoras do Núcleo de Recursos Humanos, esse tipo de treinamento procura sensibilizar os servidores para a importância do bom atendimento ao público e suas consequências. Seguindo a orientação da presidência do TJPE, que é a de melhorar o desempenho do quadro de pessoal do Poder Judiciário, o NRH vai continuar dando esse tipo de treinamento para servidores de outros setores do Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira
Corregedor-Geral:
Des. Elino Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldebari Parra

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcantara, Lucia Carvalho e Marcon Glauco

Fotografia:
Juscelino Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/nº — 51º Andar — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 4243811 R 214 — Telex 3716

Desembargadores conhecem funcionamento da Celpe

Convidado pelo presidente da Celpe, Luiz Gonzaga Perazzo, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, esteve, na quinta-feira passada, naquela companhia de eletricidade, acompanhado

por demais desembargadores e assessores do TJPE. Na oportunidade, a comitiva foi levada a conhecer os Centros de Treinamento e de Operações da Distribuição e o Departamento de Operações do Sistema.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1992 Nº 205

Diário Oficial

Padronização agiliza serviços cartorários

Racionalizar e padronizar as rotinas cartorárias para gerar uma prestação jurisdicional mais ágil. Esse é o objetivo da Corregedoria Geral da Justiça, segundo informou a secretária Maria da Paz Oliveira.

Através de pesquisa e análise da estrutura cartorária, chegou-se a essa meta. Também por meio dessa sondagem, foi detectado que a lentidão na forma de cumprimento de mandados era um dos entraves para que se estabelecesse uma maior dinâmica. De acordo com Maria da Paz, tal constatação foi possível por meio de uma pesquisa específica junto aos oficiais de justiça. Problemas como a falta de policiamento foram levantados e já estão sendo resolvidos.

"Percebemos que era

necessária a interferência da Corregedoria na infra-estrutura da organização", explica a secretária. Assim, a princípio, o trabalho está sendo realizado a nível estrutural interno, embora o projeto seja amplo e global. A meta da Corregedoria é tornar a Justiça mais ágil, dando-lhe crédito de eficiência perante a sociedade. A secretária informou, ainda, que, em dois anos, os cartórios deverão ser informatizados.

O projeto direto da Corregedoria é dar um tratamen-

to especial aos 4 cartórios civis das 13^{as}, 14^{as}, 15^{as} e 16^{as} Varas. A terceira entrância seguirá, desta forma, como modelo. O próximo passo é realizar um seminário com os juizes, no sentido de conscientizá-los quanto às mudanças previstas. O seminário deve acontecer em fevereiro.



Corregedor Etério Galvão: o objetivo é a prestação jurisdicional

Pesquisadores utilizam livros cartoriais

Parte da história do Sertão pernambucano está sendo estudada nos inventários e livros de registros dos cartórios dessa região. Os pesquisadores tiveram acesso aos documentos em 1987, com a devida autorização da Corregedoria de Justiça Estadual. Agora, os livros estão sendo devolvidos totalmente recuperados pela Fundação Joaquim Nabuco, com o apoio financeiro da CHESF. Essa semana, os historiadores envolvidos no projeto deram a boa notícia ao presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier.

O trabalho de pesquisa foi realizado pelas professoras Maria do Socorro Ferraz e Alice Cavalcanti, do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, e Suzana Cavani, da Universidade de Alagoas. Elas disseram que os livros revelaram dados novos e importantes sobre os mecanismos reguladores da região do Médio São Francisco, sendo comprovada, inclusive, a existência de escravos no Sertão, fato que, até então, era polêmico entre os histo-

riadores. "Esse é um dado fundamental para reconstruir a história da formação social daquela região", ressaltou Suzana Cavani.

As pesquisadoras informaram ao presidente do TJPE que já foram devolvidos 14 livros à Comarca de Petrolina e, logo, serão entregues 13 livros ao cartório de Cabrobó. O desembargador Carlos Xavier destacou a importância do projeto na preservação da memória do nosso Estado, ressaltando sua disposição em colaborar com iniciativas desse porte.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco do Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriana Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Christiano Alcântara, Lúcia Carvalho e Marcos Glauco

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:

Pça. da República, s/n — 51st Andar — Recife-PE — CEP 50.010-000 — Fone: 424.3011/2234 — Telex: 3116

Corregedoria divulga relação de aprovados

Vinte e três candidatos foram aprovados na segunda fase do Concurso para Juiz Substituto de 1ª Instância, que o Tribunal de Justiça está realizando. Dos 30 candidatos aprovados na primeira prova, apenas 27

se submeteram a esta segunda etapa. O Diário Oficial publica hoje a relação dos classificados, aptos à prova prática, marcada para o dia 8, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 206

Diário Oficial

Novas questões do processo civil

Os professores J. J. Calmon de Passos, catedrático de Direito Processual Civil na Universidade Federal da Bahia, e Humberto Theodoro Júnior, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, estarão participando hoje, no Centro de Convenções, do Seminário *Novas Questões do Processo Civil*. Serão apresentadores dos temas "Processo de Conhecimento", "Processo Cautelar" e "O Processo de Execução e as Garantias Constitucionais da Tutela Jurisdicional".

Processo Civil da UFPE. Marília Marques Fragozo de Medeiros.

O seminário é resultado de reiteradas solicitações sobre o direito processual civil, surgidas principalmente com o advento da Constituição de 1988. Tem o objetivo de congregar soluções para os problemas que mais frequentemente preocupam aqueles que postulam em juízo.

O juiz José Antônio de Macedo Malta, que estará representando o desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribu-

nal de Justiça de Pernambuco, será também um dos debatedores, ao lado dos advogados José Henri-

e Paulo César Andrade Siqueira, do dr. José Augusto Delgado, presidente do Tribunal Federal 5ª Região e da professora de

Embaixador visita Tribunal de Justiça

Troca de informações econômico-sociais sobre Inglaterra e Brasil marcou a visita que o embaixador da Grã-Bretanha, Peter Williams, fez ao desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça. O objetivo da viagem — com Rio, São Paulo, Curitiba e Macaé na programação — foi a necessidade de conhecer melhor o país onde se encontra apenas há dois meses.

Acompanhado pela cônsul geral da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro, Patrícia Kelly, o embaixador cumpriu programação oficial que incluiu contatos com o governador Joaquim Francisco e prefeito Gilberto Marques Paulo. Também o Conselho e Consulado Britânicos estiveram em pauta, além de visita ao CPRH e ao deputado Geraldo Barbosa, presidente da Assembleia Legislativa.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier de Almeida Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adson Pinheiro

Editor:
Roberto Tavares

Relatores:
Christiano Azeiteiro, Lúcia Carvalho e Marcos Glauco

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pça. da República, s/n — 51º Andar — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 424.3811 R-214 — Telex: 3116



Macedo Malta debate Processo Civil

Cresce equipe de corregedores auxiliares

O juiz Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, titular da 5ª Vara da Fazenda Estadual, passou a integrar a equipe de corregedores auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça. Deane as atribuições do grupo está a fiscalização dos serviços

contorários no cumprimento das determinações do Conselho da Magistratura e da Corregedoria, assim como a fiscalização dos magistrados de 1ª e 2ª instância, no que diz respeito às normas do Código de Organização Judiciária do Estado.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 05 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 207

Diário Oficial

Livro conta História das Comarcas

Com o objetivo de preservar a história judiciária de Pernambuco, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, pretende concentrar os dados históricos do serviço judicial em um livro, com registros de todas as comarcas do Estado.

Para tanto, o desembargador presidente deve enviar um ofício aos juizes, solicitando informações sobre as respectivas comarcas, ata de instalação, governador da época, juiz instalador são alguns dados que o presidente considera importantes. "Se os juizes tiverem de posse da ata de instalação da comarca, então, facilitará bastante o le-

vantamento", comentou.

Segundo o presidente, a colaboração dos magistrados é imprescindível para concretizar esse projeto. Carlos Xavier se dispôs, inclusive, a, caso não consiga apoio editorial, arcar, ele próprio, com as despesas. "Será uma história resumida e quero distribuir os livros para todas as instituições que valorizem a cultura".

Ministério Público promove Encontro em Garanhuns

Conferência proferida pela professora Bernadete Pedrosa, sobre o tema "O Plebiscito", abriu ontem o VIII Encontro Estadual do Ministério Público, em Garanhuns, numa promoção do Instituto do Ministério Público de Pernambuco. O evento prossegue hoje, com encerramento marcado para amanhã.

A palestra de logo mais está a cargo do procurador José Fernando da Silva Lopes, acerca da "A Intervenção do Ministério Público no Processo Civil", seguida de debates. No período da tar-



Professor Nilzardo debate "Crimes Hediondos"

de, o procurador Júlio Fabiani Mirabetti fala sobre "Crimes Hediondos". O debatedor é o professor Nilzardo Carneiro Leão.

Na sexta-feira a partir das 9h, tem Sessão de Comunicações a cargo dos promotores Ângela Farias, Bernadete Martins, Jaime Adrião, Roberto Benjamin, Valdir Barbosa Júlio e outros colegas. A tarde fica reservada a um painel sobre Juri seguido de debates. Os apresentadores são Ângela Farias, Albérico Guerra, Nildo Nery dos Santos e João Olímpio Mendonça.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elói Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alenair Paiva

Editor:
Roberto Távora

Redatores:
Christiane Adair, Lúcia Carvalho e Marconi Glauco

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/nº — 5º Andar — Recife-PE, — CEP 50.010 — Fone: 404.3011 R.214 — Telex: 3115.

Fórum debate problemática do menor

O corregedor geral da Justiça, des. Etério Ramos Galvão participou do Fórum de Debates promovido pelo Rotary Clube Treze de Maio e que teve como tema central a problemática do menor. O encontro foi realizado no Clube Português e contou com a participação do

secretário de Segurança Pública, José Belém, do ex-secretário da SSP, Tito Aureliano e da Dra. Olga Câmara. O corregedor geral falou sobre a Comissão Estadual de Adoção que será implantada em breve, vinculada à Corregedoria.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 208

Diário Oficial

Primeiro juizado comemora três anos

Em novembro de 1989, foi inaugurado o 1º Juizado Especial de Pequenas Causas do Recife. Instalado no bairro do Rosarinho, o novo órgão da justiça com um promessa rapidez na solução dos processos. De início, o ceticismo da população prevaleceu. Afinal, seria difícil imaginar que uma colisão no trânsito, uma cobrança de aluguel atrasado ou até mesmo uma briga entre vizinhos pudesse ser resolvida, de forma satisfatória para as partes envolvidas, em apenas um mês.



O JPC do Rosarinho recebe cerca de 400 processos por mês

Hoje, a realidade é outra. O JEPC do Rosarinho está comemorando três anos de existência com a sensação do dever cumprido, reafirmando seu compromisso inicial com a população. A receita do sucesso é simples: nesses três anos, deu entrada cerca de 11 mil processos. Destes, em média, 80 a 85% foram solucionados. Isso explica a credibilidade que os JEPCs conseguiram em todo o País, desde que o primeiro foi instalado em 1985, no Rio Grande do Sul.

Segundo o juiz-coordenador do Rosarinho, José Gentil Pessoa Bezerra, devido à agilidade nos processos, a procura aos juizados tem crescido. "As pessoas preferem, às vezes, perder uma parte da quantia envolvida no processo, mas que seja resolvido rapidamente" (os JEPCs só trabalham com causas de até 20 salários mínimos), afirma o juiz. Em média, o juizado do Rosarinho recebe cerca de quatrocentas queixas por mês.

Para atender satisfatoriamente a essa demanda, o juizado tem uma estrutura simples e desburocratizada. Cada turno de trabalho — são três ao total, das 7 às 22 horas — conta com um juiz, dois conciliadores, um secretário, cinco digitadores e quatro atendentes de recepção. Com a ajuda dos computadores instalados na recepção, o juizado consegue marcar a 1ª au-

diência para dez a quinze dias da data de entrada (ver box).

COMEMORAÇÃO — Os três anos de vida do JEPC do Rosarinho serão festejados hoje com um encontro entre servidores e magistrados no próprio juizado, à tarde. O juiz Gentil Bezerra convidou o presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, o desembargador Mauro Jordão, fundador do juizado, o corregedor geral, des. Etério Ramos Galvão, e um representante de cada um dos outros juizados.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires Santos
Solente

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adilson Paim

Editor:
Roberta Tavares

Redatores:
Christiana Alcântara, Lúcia Carvalho e Mônica Oliveira

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celsio Dias

Editoria de Arte:
Jairo Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/n — 5º Andar — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 324.3811/2124 — Telex: 3116

Rapidez nos processos

1 — **QUEIXA:** é feita uma triagem dos processos, sendo acionados aqueles da competência do juizado. Marca-se já a audiência: de 10 a 15 dias a partir daquela data.
2 — **AUDIÊNCIA:** caso uma das partes esteja sem advogado, será providenciado um da Assistência Judiciária. Os dois conciliadores tentam resolver a questão através de um acordo entre as partes (uma média de 85% dos casos são resolvidos nesta etapa). Caso não haja conciliação, marca-se

a Instrução, que acontece num prazo de 30 dias.

3 — **INSTRUÇÃO:** nessa fase entra o trabalho do juiz, que ainda tenta uma conciliação entre a vítima e o réu. Se não houver acordo, o juiz examina as provas do processo — documentos e testemunhas — e pede um prazo de mais ou menos 10 dias para dar a sentença.
4 — **SENTENÇA:** dada pelo juiz, finaliza o processo.

* Todos esses serviços são gratuitos.

N.R. — Na edição de 04.11.92, deste Jornal, onde se lê: quarta-feira, 04 de outubro de 1992, leia-se: quarta-feira, 04 de novembro de 1992.

Presidente do Conselho visita Carlos Xavier

Representantes do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, presidente Silvino José do Nascimento e secretário executivo Antônio Marcelo Leão, visitaram o chefe da Corte de Justiça,

desembargador Carlos Xavier Poes Barreto Sobrinho. Durante o encontro, foi discutido o problema do menor, e o desembargador-presidente colocou-se à disposição da entidade, no que o Judiciário puder colaborar com a causa.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SABADO, 07 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 209

Diário Oficial

Infância e Juventude é prioridade judiciária



Ação conjunta da Justiça estadual em prol do menor

Juízes e serventuários de justiça, ligados às Varas da Infância e Juventude, reúnem-se no Recife em data a ser confirmada, com objetivo de aprofundar conhecimentos e padronizar normas específicas de atendimento. A iniciativa é decorrente de convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência, que prevê a liberação de Cr\$ 129 milhões, em três parcelas, para melhoria da assistência judiciária prestada à criança em Pernambuco.

O encontro vai reunir cerca de 100 participantes, incluindo representantes de comarcas do interior e Região Metropolitana. Deve ser confirmada presença de palestrantes de outros estados e do Unicef, entre eles o do desembargador Antônio Amaral, de Santa Catarina, um dos responsáveis pela elaboração do Estatuto da Criança

e do Adolescente, além de magistrados recifenses, todos com experiência na área.

O convênio, cuja primeira parcela já foi liberada, no valor de Cr\$ 89 milhões, prevê ainda a publicação de Manual de Normas e Procedimentos, para distribuição em todo o Estado, juntamente com cópias do Estatuto da Criança

e do Adolescente, bem como aquisição de material e equipamentos para as duas Varas Privativas da Infância e Juventude, em funcionamento na capital.

Execução de mandados será uniformizada

A Corregedoria Geral de Justiça vai editar Instrução Normativa com rigorosa orientação para cumprimento de mandados. A decisão foi anunciada pelo corregedor geral, desembargador Etério Ramos Galvão, em decorrência de estudos procedidos durante treinamento de oficiais de justiça, realizado recentemente,

margem a nulidades processuais.

Mais de 100 oficiais de justiça compareceram ao curso, realizado em Aldeia, oportunidade em que foram discutidas suas experiências e dificuldades por ocasião das diligências. O treinamento na área cível foi efetuado pelos juízes Jones Figueiredo e Frederico Neves. O da área penal ficou a cargo dos juízes Gilberto Gondim e Roberto Ferreira Lins.

O objetivo é oferecer tratamento uniforme à execução dos

mandados judiciais, principalmente em relação à casuística mais

frequente, como citações, intimações, penhora, medidas limi-

nares. A iniciativa visa evitar eventuais ocorrências que dão



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Poes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adelson Pires

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiano Alcântara, Lucio Carvalho e Márcia Gleiss

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/nº — 50.050-010 — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 424.3811 R-214 — Telex: 3118.

Serventuários de Justiça já têm Pró-Lazer

O Núcleo de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça iniciou cadastramento de servidores junto ao Pró-Lazer, o que dará direito a desconto de até 50% nas peças de teatro e shows locais. Os espetáculos vindos de fora terão

descontos menores, previamente estabelecidos entre a produção cultural e o Pró-Lazer. O interessado deve procurar o NRH, comprovar dados funcionais e pessoais e indicar até cinco dependentes diretos.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 210

Diário Oficial

Cresce distribuição de processos no TJPE

É grande a movimentação de processos no Tribunal de Justiça. O índice tem aumentado, apesar da quantidade de Comarcas vagas nas três entrâncias. Estatística fornecida pelo Núcleo de Organização e Sistema do TJPE dá conta de que, este ano, até o último dia de outo-

bro, foram distribuídos 3.506 novos processos aos seus relatores.

Somados aos 5.076 feitos do ano anterior, resulta um total de 8.582 ações para julgamento pelo Tribunal. Este ano, foram julgados 1.793 feitos. Tendo passado assim, para o mês de novembro, 6.789 processos.



Juizes assumem Comarcas de 1ª Entrância

Comarcas têm novos juizes

Vinte e quatro Comarcas do interior do Estado, todas de 1ª Entrância já têm seus juizes. A designação foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier. Os magistrados foram aprovados em recente concurso realizado pelo TJ e logo após a nomeação, realizaram Curso de Iniciação à Função Judicante, na Escola Superior da Magistratura.

Em todo o Estado existem muitas Comarcas sem juiz titular, a escolha dessas 24 foi baseada em detalhado estudo da situação judicial de cada uma delas, adiantou o presidente Carlos Xavier. "Existem mais alguns centros de Juizos vagos, foram selecionadas Comarcas de todas as regiões, do Litoral ao Sertão do Araripe, objetivando uma melhor admi-

nistração na prestação jurisdicional do nosso Estado".

Os 24 novos juizes de 1ª Entrância irão assumir o exercício dos seus cargos no próximo dia 16, logo após a publicação dos respectivos atos, que deverá ocorrer na edição do Diário Oficial do Poder Judiciário, do dia 14. Cada magistrado, de acordo com a ordem de classificação, escolheu a Com-

marca de sua preferência, o ato de locação do respectivo exercício foi expedido em seguida (Ver box).

O juiz classificado em 1º lugar, bel. Flávio Augusto Pontes de Lima, escolheu a Comarca de Camocim de São Félix, devendo assumir o cargo na presença do desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça.

- 1 — Aguaras Belas — Bel. Cicero Bimercourt de Magalhães;
- 2 — Bejo da Madre de Deus — Bel. Pedro Odilon de Alencar Luz;
- 3 — Cabrofé — Bel. Eliane Ferraes Guimarães Noves;
- 4 — Capoeiras — Bel. Honório Gomes do Rego Filho;
- 5 — Camaraju — Bel. Antônio Carlos dos Santos;
- 6 — Camutanga — Bel. Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima;
- 7 — Camocim de São Félix — Bel. Flávio Augusto Pontes de Lima;
- 8 — Eru — Bel. Francisco Rodrigues da Silva;
- 9 — Flores — Bel. João Maurício Guedes Alencar;
- 10 — Floresta — Bel. Maria Auri Alestade;
- 11 — Itaíba — Bel. Suelo Sebastião de Oliveira Freire;
- 12 — Itaíba — Bel. Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho;
- 13 — Jandaia — Bel. Fernando Menezes Silva;
- 14 — Parnamirim — Bel. Marylusa Feitosa Martins;
- 15 — Poção — Bel. Angela Cristina de Nêdes Lima;
- 16 — Rio Formoso — Bel. Paulo Orosco de Araújo;
- 17 — Salati — Bel. Edvaldo José Palmeira;
- 18 — Sanhau — Bel. José Burtoso Filho;
- 19 — São Bento do Ur — Bel. Carlos Magno Cyrocineto Sampaio;
- 20 — Sertão — Bel. Paulo Alves de Lima;
- 21 — Santa Maria da Boa Vista — Bel. Célia Luciene Laranjeira de Sá Sampaio;
- 22 — Tabira — Bel. Ináris Andrade Lima Neto;
- 23 — Tocantim — Bel. Anselmo Espinosa dos Santos de Brás;
- 24 — Trindade — Bel. Maria Rosa Vieira Santos.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Bastos
Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira
Correio-Geral:
Des. Elino Ramos Góes

Assessor de Imprensa:
Admar Pavia

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Leila Oliveira e Marcondes Gláudio

Fotógrafo:
João Barbosa

Diagramação:
Celene Dias

Editoria de Arte:
Julio Gonçalves

Redação:
Praça da República s/n — 51.010-000 — Recife-PE — CEP 51.010-000 — Fone: (081) 4214-1111 — Telex 5111

Comissão divulga resultado de provas práticas

Segunda-feira, dia 16, sai o resultado das provas práticas cível e criminal, realizadas domingo passado, na Escola da Magistratura, com os 23 candidatos restantes ao Concurso para Juiz Substituto de 1ª Entrância. Antes porém, a partir das 9h, na Sala das Sessões a comissão do concurso presidida pelo desembargador Etério Galvão, fará audiência pública, para identificação dos testes.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 211

Diário Oficial

Grande Hotel facilita prestação jurisdicional

O desembargador Etério Ramos Galvão, corregedor geral da Justiça, determinou a elaboração de estudo visando ao levantamento da área útil do Grande Hotel, para funcionamento naquele local das Varas de Família e Cíveis, além da Assistência Judiciária e da própria Corregedoria. A transferência deve ser feita no máximo dentro de dois meses, depois de algumas adaptações necessárias à acomodação dos serviços.

A cessão do Grande Hotel, a título de comodato por 30 anos pelo governador Joaquim Francisco ao Judiciário pernambucano, vai permitir também a instalação de 10 novas varas e do 2º Tribunal do Juri, que ainda não puderam entrar em funcionamento por falta de

espaço físico. Este é um dos maiores problemas enfrentados pela Justiça estadual atualmente. Quatro dessas varas estão criadas há mais de 17 anos.

O estudo para adequação do espaço, a ser feito pela arquiteta Lúcia Amélia, da Corregedoria, deve incluir também a área externa destinada ao estacionamento, de forma a permitir a fluidez do trânsito nas imediações. De acordo com o desembargador Etério, o levantamento começa a ser feito tão logo sejam retirados os móveis pertencentes à Empetur, alguns de valor histórico, que ainda estão no Hotel.

Com a transferência desses serviços para o Grande Hotel, os prédios da rua da Aurora e da avenida João de Barros, onde funcionam a Assistência Judiciária e as varas de família, serão devolvidos aos respectivos proprietários. O quarto andar do Palácio da Justiça, onde está localizada a Corregedoria, por sua vez, volta a ser utilizado pelo Tribunal. O desembargador Carlos Xavier, presidente do TJPE, disse que a iniciativa vai permitir a me-

lhora da prestação jurisdicional. "A centralização beneficiará o público usuário, principalmente os advogados, que não mais serão obrigados a se deslocar a vários lugares, num só dia".

Uma coisa o presidente deixou clara: a instalação e transferência desses serviços não prejudica a construção do Fórum da Capital, na Ilha de Joana Bezerra. As obras devem ser iniciadas no próximo ano, tão logo seja aprovada a proposta orçamentária estadual. O novo Fórum foi projetado de forma a comportar, não apenas as atuais 60 varas instaladas na Comarca do Recife, mas também serviços judiciais futuros.

Com um preço único, o Tribunal não só economizará o que tem gasto com aluguel de prédios diversos, como também centralizará todo atendimento jurisdicional prestado ao cidadão recifense. O terreno de Joana Bezerra foi doado pelo ex-governador Roberto Magalhães. O estacionamento do local, por sua vez, foi determinado por Gustavo Krause, quando este se encontrava à frente do Executivo pernambucano.



Grande Hotel vai abrigar varas da capital



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pato Sampaio

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademir Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Cristiane Alcrista, Lúcia Carvalho e Marcos Glauco

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celeste Oles

Editora de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Rua da República, s/nº - 51º Andar - Recife-PE - CEP 50.050 - Fone: 426.2811/9-214 - Telex: 3116

Prova no Processo Penal é tema de livro

"Prova no Processo Penal", livro de autoria da promotora Anamaria Campos Torres, é lançado hoje, no Recife, na presença de representantes do meio jurídico pernambucano. A soleni-

dade ocorre na Faculdade de Direito, Praça Adolfo Cime, a partir das 20h. O desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, confirmou participação.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 212

Diário Oficial

Confisco de Bens é assunto de palestra

No momento em que Brasil e Estados Unidos discutem formas de cooperação no sentido de combater o narcotráfico, o advogado Laurence Sann, chefe da Seção de Confisco Legal do FBI durante 25 anos e um dos integrantes do Ministério da Justiça americana por 3 anos, realizou uma palestra no Consulado a respeito de "Apreensão e Confisco de Bens de Narcotraficantes".

Durante a exposição, da qual participam o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier; o corregedor geral Elério Ramos e o desem-

bargador Nildo Nery; o palestrante explicou que os Estados Unidos só começaram a usar esse recurso legal em 1984 e que, aos poucos, tem desenvolvido formas eficientes de

aplicar tal artifício. Para tanto, o governo americano tem planejado o confisco de forma a obedecer a determinados passos que vão desde o pré-indiciamento até o veredicto.

O advogado afirma que essa foi uma das maneiras encontradas para atuar contra as drogas. "Esse tipo de iniciativa não é o melhor meio de agir contra o narcotráfico,

mas tem funcionado bem para esse propósito", ressaltou. Segundo ele, a educação seria a grande arma para combater o uso e contrabando de narcóticos.

Durante a palestra, foram discutidos pontos divergentes entre o tratamento dado pelas legislações americana e brasileira. Um exemplo bem claro dessas diferenças é o fato de que, nos Estados Unidos, quando uma propriedade é confiscada, ficando sob a responsabilidade das autoridades competentes, não pode ser utilizada durante o período de apreensão. Já no Brasil, as autoridades têm o direito de usar os bens confiscados.

De acordo com Laurence Sann, o motivo da proibição quanto ao uso é simples: "Ao confiscarmos uma propriedade móvel ou imóvel, não sabemos, ainda, se ela será devolvida ao seu dono e temos obrigação de oferecer manutenção adequada, de forma que, quando o bem tiver que ser devolvido, por não ter sido provado nenhum ato ilícito, esteja exatamente no mesmo nível de conservação de quando fora confiscado".

O advogado americano abordou, ainda, a questão da existência de um fundo especial que servirá para os gastos necessários na aplicação da lei, manutenção dos bens confiscados, compra de computa-

dores e equipamentos especiais. Laurence Sann afirmou que a criação do fundo monetário foi uma iniciativa que desenvolveu bastante a prática do confisco.

Ao término da palestra, ele ressaltou a importância que países como o Brasil têm dado ao uso de um recurso, como é a apreensão de bens, para reprimir o narcotráfico. "O confisco não resolve tudo, mas com certeza é um grande passo", finalizou.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barão
Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adenor Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Luca Carvalho e Marcos Glaudio

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Aldo Guimarães

Redação:
Pra. da República, s/nº — 51º Andar — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone 424.581/9-214 — Telex 3118.



Em recente visita, a consul americana Maria Sanchez discutiu o problema do narcotráfico com o presidente Carlos Xavier.

Juiz Bartolomeu Bueno assume corregedoria penitenciária

Por ato do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, o juiz Bartolomeu Bueno de Moraes, substituto de 3ª Entrada, assume a função de corregedor de presídios. O magistrado da 3ª Vara de Execuções Pen-

ais tem a responsabilidade de normalizar o cumprimento das penas, a execução das penalidades e administração de todo o setor judiciário nas penitenciárias. A indicação foi do desembargador Elton Galvão, corregedor geral.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 213

Diário Oficial

Prefeitos visitam presidente do TJPE

O presidente do Tribunal de Justiça recebeu em seu gabinete os prefeitos Luís Alves de Oliveira, de Gravata; Elias Alves de Lima, Vitória e José João da Silva, de Pombos. Eles estiveram em visita de cortesia, acompanhados do juiz de Vitória, Dorgival Soares de Souza, e trouxeram reivindicações.

O prefeito de Vitória de Santo Antão aproveitou a ocasião para agradecer o desempenho do juiz da Co-

muna que, segundo testemunhou, tem realizado bom trabalho, com ampliação da prestação jurisdicional. Segundo ele, Dorgival Soares de Souza, que é juiz da 1ª Vara, presta bom trabalho, já se integrou à vida da cidade.

A reivindicação dos prefeitos de Pombos, José João da Silva trouxe o desejo de município transformado em Comarca. O presidente explicou quais os requisitos necessários à criação de uma Comarca. A existência de um lugar destinado para funcionar como Fórum e o número de processos que tramitam no Terço Jurisdicional devem ser levados em conta. Para Gravata, o prefeito Luís Alves de Oliveira pediu a instalação da 2ª Vara por Distribuição, que está criada há algum tempo, mas a Comarca não dispõe de espaço onde ela possa funcionar. Os três prefeitos se colocaram à disposição do presidente no sentido de colaborar para o bom funcionamento do judiciário no Interior.



Presidente do TJPE analisa reivindicação de prefeitos

Livro esclarece função do Ministério Público

No processo penal, a ideia não é compor lides, mas compor com justiça. Com essa concepção, a promotora Anamaria Campos Torres de Vasconcelos lançou ontem, na Faculdade de Direito do Recife, o livro "Prova no Processo Penal", de sua autoria. A obra, que tem como subtítulo "A justiça como fundamento axiológico", foi escrita há 15 anos, em forma de tese de pós-graduação. O presidente Carlos Xavier, do Tribunal de Justiça, compareceu ao evento, que foi prestigiado pelo meio jurídico pernambucano.

O tempo, contudo, não invalida a modernidade do assunto. Naquela época, Anamaria já defendia as provas lícitas e obtidas de forma legal e legítima. Já ressaltava também a posição do

Ministério Público, não como parte adversa na relação processual, mas sobretudo como parte que defende os direitos e garantias do cidadão. Promotora, professora de processo penal na Faculdade de

Direito e assessora técnica do procurador geral da Justiça em matéria criminal, ela afirma que seu livro está perfeitamente de acordo com a constituição de 88.

A autora informa que não tem intenção de

difundir ou de melhorar a imagem do promotor, mais conhecido como peça de acusação. E sim o objetivo de tornar mais literal o significado do Ministério Público e seu verdadeiro papel na obtenção de provas, mesmo que isso leve à absolvição do acusado. Através de dois capítulos especiais — "Livro Conhecimento" e "Ministério Público" — o livro ressaltou a atuação do juiz e do promotor na busca da verdade. "Ambos têm obrigação de procurar e conseguir essa verdade, porque não há nada mais doloroso do que uma sentença injusta".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pais Brandão

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elton Rêgo Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriana Faria

Editores:
Roberta Tavares

Redatores:
Christiane Alcantara, Lídia Cavalcini e Marcela Gouveia

Fotografia:
José Barreto

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Rua da República, 811 — 5º Andar — Recife-PE — CEP 52.010-00 — Fone: 41.38.11/214 — Telex: 3115

Turma de juizes recebe nome do presidente do TJPE

Os novos juizes de 1ª entrância assumem — segunda, 16 — as comarcas para as quais foram designados. Antes da lotação, porém, os magistrados participaram do Curso de Iniciação à Função Judiciária e resolveram batizar a turma com o nome

do presidente do Tribunal de Justiça, "Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho". A homenagem foi feita, segundo o juiz Flávio Augusto Fontes de Lima, em função do apoio recebido durante a realização do concurso.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SABADO, 14 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 214

Diário Oficial

Juizados

Consumidor tem papel de destaque



Juizados atuam em defesa do consumidor

Os Juizados Especiais de Pequenas Causas são os órgãos que mais utilizam o Código de Defesa do Consumidor. A constatação de destaque é da promotora Rosana Grimberg, ao analisar o emprego ainda restrito do código no Estado. Ela, quando não consegue conciliação entre as partes, a nível de procuradoria, encaminha aos JEPCs questões inferiores a 20 salários mínimos, que envolvem direitos do consumidor.

Para consolidar ainda mais a posição dos juizados, o desembargador Carlos Xavier determinou a realização de trabalho conjunto entre o Tribunal de Justiça e a Coordenadoria de Defesa do Consumidor da Procuradoria Geral da Justiça, constituindo troca de informações entre os dois órgãos. A iniciativa resultou do III Curso Especial de Di-

reito do Consumidor, quando mais de 50 juizes pernambucanos estiveram em contato com representantes de centros mais adiantados na aplicação do código.

Além da necessidade de manutenção de campanhas de orientação ao público, por parte do poder governamental, Rosana Grimberg defende também a inclusão de disciplina permanente de Direito do Con-

sumidor na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. A medida, segundo ela, vai permitir aos novos juizes a ampliação do conhecimento e efetiva utilização daquelas normas.

Abertas inscrições para Curso da Magistratura

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco abriu inscrições para o Curso de Preparação à Magistratura, destinado a bacharéis em Direito. A taxa é de Cr\$ 130 mil até o dia 27, quando se encerra o período, devendo ser paga em qualquer agência do Banorte. É exigida xerox da identidade no ato da inscrição.

Os candidatos serão submetidos à aprovação em exame seletivo, a ser realizado na própria escola, no dia 10 de dezembro, às 19h, quando devem se apresentar com o recibo de inscrição e a carteira de identidade. O programa de prova constará de questões sobre Direito Civil, Penal, Processual Civil e Penal, já publicado no Diário Oficial do dia 29 de outubro.

Para os aprovados, que deverão apresentar xerox autenticada do diploma de bacharel em Direito ou declara-

ção de colação de grau, currículo e duas fotografias 3x4, o curso terá início no dia primeiro de fevereiro do próximo ano, na avenida João de Barros, 1563, Espinheiro, onde se localiza a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

O curso terá 105 horas/aula de disciplinas fundamentais, 525 de disciplinas profissionalizantes e outras 90 horas/aula de estudos complementares sobre Direito Agrário, Direito da Criança e do Adolescente, Medicina Legal, Direito Eleitoral e Organização Judiciária.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:

Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:

Des. Eládio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:

Aldebaran Paiva

Editora:

Roberta Tancrêdo

Redatores:

Christiana Adairas, Lúcia Car-

valho e Marcelo Glauco

Fotografia:

João Barboza

Diagramação:

Celeste Dias

Editoria de Arte:

Adriana Gonçalves

Redação:

Pça. da República, s/nº — 5º An-

lêrio — Recife, PE. — CEP

50.010 — Fone: 4243811/211

— Telex: 3118

Concursos ainda não foram suficientes

A pesar de dois concursos realizados este ano — o segundo ainda em andamento — o judiciário estadual apresenta defasagem de 133 juizes no

seu quadro funcional. O desembargador Carlos Xavier, presidente daquela Corte de Justiça, informou que as vagas estarão preenchidas até o final de sua administração, em fevereiro de 94.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 215

Diário Oficial

Encontro levanta a questão da Criança e Adolescente

O II Encontro de Juizes e Serventuários da Infância e Juventude de Pernambuco será realizado no Recife entre os dias 24 e 27 deste mês. Nos dois primeiros dias participam apenas os serventuários e, nos dias seguintes, juizes da Capital e comarcas do Interior, ligados às Varas da Infância e Juventude. Durante o período serão realizadas palestras e debates com a finalidade de aprofundar conhecimento e estabelecer normas específicas de atendimento.

O encontro é resultado de convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência e objetiva, ainda, promover a conscientização de

que a garantia dos direitos da criança só poderá ocorrer através da ação conjunta dos diversos segmentos que tratam da causa do menor, entre os quais o Judiciário, que tem papel fundamental.

O curso envolvendo

técnicos e serventuários será realizado na Escola Superior da Magistratura e a abertura será feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier. De acordo com a programação, no dia 24 serão aborda-

dos os temas: Noções sobre o Novo Direito da Criança e do Adolescente e Noções sobre Procedimentos na Apuração do Ato Infracional.

No dia 25, o juiz Luiz Carlos de Barros

Figueiredo falará sobre o papel das equipes técnicas dos Juizados da Infância e da Juventude. Em seguida serão iniciados os debates. À tarde o desembargador Antônio Amaral, de Santa Catarina, participará como conferencista, com o tema: "Noções Sobre Procedimentos de Destituição do Pátrio Poder e Colocação em Família Substituta".

JUIZES

O encontro envolvendo Juizes da Infância e Juventude da Capital, Região Metropolitana e interior do Estado terá como primeiro palestrante o des. Carlos Xavier que irá mostrar a "Importância dos Juizados da Infância e da Juventude no Poder Judiciário". Logo após, o desembargador Antônio Amaral resomará o tema: "Destituição do Pátrio Poder e Colocação em Família Substituta".

Ainda na quinta-feira, no período da tarde será discutido o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e, em seguida, a promotora Izabel Cristina dos Santos irá falar sobre os "Procedimentos de Apuração de Ato Infracionais Praticados por Adolescentes".

No último dia do encontro, o juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo será o primeiro palestrante, cujo te-

ma será: "Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional". A Competência das Varas de Família e da Infância e Juventude será abordado em seguida pelo advogado Sílvio Neves Baptista.

A tarde será formada uma mesa-redonda para avaliação e perspectiva da Justiça da Infância e da Juventude de Pernambuco. O encontro será encerrado pelo juiz Luiz Carlos Figueiredo, que irá expor a síntese de tudo que foi visto e as conclusões a que chegaram os participantes.



O presidente des. Carlos Xavier e o juiz Luiz Carlos Figueiredo (1ª à esquerda) estão entre os palestrantes.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pais Barros Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademir Faria

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Aldirax, Lucia Carvalho e Marconi Glauco

Fotógrafo:
Jessa Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pça. da República, s/nº — 50.010-010 — Recife-PE — CEP 50.010-010 — Fone: 424.3811 R-214 — Telex: 3718

Concursos ainda não foram suficientes

A pesar de dois concursos realizados este ano — o segundo ainda em andamento — o judiciário estadual apresenta defasagem de 133 juízes no

seu quadro funcional. O desembargador Carlos Xavier, presidente daquela Corte de Justiça, informou que as vagas estarão preenchidas até o final de sua administração, em fevereiro de 94.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 215

Diário Oficial

Encontro levanta a questão da Criança e Adolescente

O II Encontro de Juízes e Serventuários da Infância e Juventude de Pernambuco será realizado no Recife entre os dias 24 e 27 deste mês. Nos dois primeiros dias participam apenas os serventuários e, nos dias seguintes, juízes da Capital e comarcas do Interior, ligados às Varas da Infância e Juventude. Durante o período serão realizadas palestras e debates com a finalidade de aprofundar conhecimento e estabelecer normas específicas de atendimento.

O encontro é resultado de convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência e objetiva, ainda, promover a conscientização de

que a garantia dos direitos da criança só poderá ocorrer através da ação conjunta dos diversos segmentos que tratam da causa do menor, entre os quais o Judiciário, que tem papel fundamental.

O curso envolvendo

técnicos e serventuários será realizado na Escola Superior da Magistratura e a abertura será feita pelo presidente do Tribunal de Justiça, des. Carlos Xavier. De acordo com a programação, no dia 24 serão aborda-

dos os temas: Noções sobre o Novo Direito da Criança e do Adolescente e Noções sobre Procedimentos na Apuração do Ato Infracional.

No dia 25, o juiz Luiz Carlos de Barros

Figueiredo falará sobre o papel das equipes técnicas dos Juizados da Infância e da Juventude. Em seguida serão iniciados os debates. À tarde o desembargador Antônio Amaral, de Santa Catarina, participará como conferencista, com o tema: "Noções Sobre Procedimentos de Destituição do Pátrio Poder e Colocação em Família Substituta".

JUIZES

O encontro envolvendo Juízes da Infância e Juventude da Capital, Região Metropolitana e interior do Estado terá como primeiro palestrante o des. Carlos Xavier que irá mostrar a "Importância dos Juizados da Infância e da Juventude no Poder Judiciário". Logo após, o desembargador Antônio Amaral resomará o tema: "Destituição do Pátrio Poder e Colocação em Família Substituta".

Ainda na quinta-feira, no período da tarde será discutido o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e, em seguida, a promotora Izabel Cristina dos Santos irá falar sobre os "Procedimentos de Apuração de Ato Infracional Praticados por Adolescentes".

No último dia do encontro, o juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo será o primeiro palestrante, cujo te-

ma será: "Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional". A Competência das Varas de Família e da Infância e Juventude será abordado em seguida pelo advogado Sílvio Neves Baptista.

A tarde será formada uma mesa-redonda para avaliação e perspectiva da Justiça da Infância e da Juventude de Pernambuco. O encontro será encerrado pelo juiz Luiz Carlos Figueiredo, que irá expor a síntese de tudo que foi visto e as conclusões a que chegaram os participantes.



O presidente des. Carlos Xavier e o juiz Luiz Carlos Figueiredo (1ª à esquerda) estão entre os palestrantes.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pais Barros Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademir Faria

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Aldirina, Lucia Carvalho e Marconi Glauco

Fotógrafo:
Jessa Barbosa

Diagramação:
Célio Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/nº — 50.000-00 — Recife-PE — CEP
50.010-00 — Fone: 424.3811 R-214
— Telex: 3718

Diretor de informática de Curitiba vem ao Recife

O desembargador Carlos Xavier recebe, hoje, a visita de Delim Correa, diretor da empresa curitibana que atualizou o sistema de informática do Tribunal de

Justiça de Pernambuco. Daqui, ele segue para João Pessoa, onde fará demonstração do mesmo sistema aos desembargadores do Tribunal de Justiça da Paraíba.



ANO XXXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1982 Nº 216

Diário Oficial

Entrega de prédio permite acomodar bens públicos



Secretário Marcos Cabral entrega prédio para depósito público

Todos os bens apreendidos judicialmente, guardados no depósito da Várzea, começam a ser transferidos, hoje, para novo prédio localizado na esquina das ruas Imperial e Realeza, no bairro de São José. Concluída a mudança, a Corregedoria Geral de Justiça fará levantamento do material, determinando a venda pública dos objetos que estiverem em melhor estado de conservação. Os outros, desde que possam ser reciclados, serão doados a entidades filantrópicas.

O novo prédio foi entregue ontem pelo secretário Marcos Cabral, da Justiça, ao desembargador Etério Ramos Galvão, corregedor geral, durante solenidade pela manhã. O local, que tem área de 1.200 m², foi cedido por três anos

ao judiciário pernambucano, que devolverá o antigo depósito da Várzea ao Executivo estadual.

As novas instalações, que permitem melhor acomodação e conservação dos bens apreendidos — objetos diversos como roupas,

papéis e eletrodomésticos — deve sofrer adaptações nos próximos dias, independente da transferência que será iniciada ainda hoje. Considerando que o local tem mais de cinco metros de altura, o corregedor Etério pretende

aproveitar também o espaço vertical, para melhor aproveitamento da área.

Comissão fiscaliza casos de adoção no Estado

A Corregedoria Geral de Justiça elaborou minuta de instrução normativa instituindo a Comissão Estadual Judiciária de Adoção. Até o dia 26, pessoas interessadas na causa, como magistrados, advogados, representantes do Ministério Público e sociedade civil, podem apresentar sugestões destinadas ao projeto final.

A Comissão será vinculada à Corregedoria, com responsabilidade de fiscalizar e orientar todas as adoções no Estado. A Ceja será formada por três juízes, um psicólogo e um membro do Ministério Público. As reuniões serão abertas às pessoas dedicadas à causa.

Os membros integrantes da comissão serão indicados pelo corregedor geral, para um mandato de dois anos, com direito à recondução. A presidência será exercida por um dos componentes, eleito na primeira reunião do período, sendo-lhe vedado ocupar o cargo na gestão imediatamente subsequente.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademir Paiva

Editor:
Roberta Tanaka

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcia Carvalho e Marcos Glauco

Fotógrafo:
José Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pça. da República, s/nº — 50.010 — Recife-PE — CEP
50.010 — Fone: 424.3611 R-214
— Telex: 3118

Carlos Xavier é Cidadão Caruaruense

Em sessão solene, a Câmara Municipal de Caruaru entrega, amanhã, o Título de Cidadão Caruaruense ao desembargador Carlos Xa-

vier, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A homenagem foi proposta pelo vereador Antônio Síl-



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 217

Diário Oficial

Juízes são fiscalizados no cumprimento do dever

Serviços judiciais e cartórios de primeira e segunda entrâncias são alvo de fiscalização e orientação por parte da Corregedoria Geral da Justiça. As viagens de inspeção, rotineiramente realizadas àquelas comarcas, foram intensificadas desde o início de novembro, visando à melhoria da prestação jurisdicional no interior do Estado. A iniciativa é do desembargador Etério Ramos Galvão, corregedor geral, que estabeleceu áreas de atuação para os magistrados responsáveis pela atividade.



Serviço forense passa por fiscalização no Interior

Os juízes corregedores-auxiliares Rivaldina Brayner e Dorgival Vergosa respondem por 60 municípios localizados no Agreste, Mata e Região Metropolitana. O Sertão, com um total de 40 municípios, que compreende cerca de 70% da extensão territorial pernambuca-

na, ficou a cargo do juiz Fernando Norberto Cerqueira dos Santos.

Não apenas como órgão sensorial, mas disciplinador e orientador, a Corregedoria não se limita a fiscalizar os magistrados interioranos quanto ao cumprimento de normas de or-

ganização judiciária. Estimula também a realização de serviço mais ágil e objetivo. Isso tudo, sem interferir na autoridade de cada juiz.

Já a partir desta semana, os corregedores-auxiliares iniciam programa de orientação aos juízes aprovados em concurso públi-

co, recém-nomeados para 24 comarcas de primeira entrância. São reforçadas noções de despacho e sentença, cumprimento de relatórios mensais e trimestrais, tramitação mais rápida de processos, distribuição de tarefas entre os auxiliares cartórios e administração de comarcas.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires Barros
Scrinha

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Siqueira
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão
Assessor de Imprensa:
Alcides Paiva

Editora:
Roberta Tavares
Redatores:
Christiane Abileta, Lúcia Car-
valho e Marcos Glauco

Fotografia:
José Barbosa
Diagramação:
Celso Dias
Editoria de Arte:
Júlio Dorgival

Redação:
Pça. da República, s/n — 51-A-
lém — Recife-PE — CEP:
50.110 — Fone: 424.3811 R-714
— Telex: 3116

Tribunal forma Analistas de Sistema

Desde segunda-feira, oito técnicos em computação do Núcleo de Organização e Sistemas, do Tribunal de Justiça, estão participando do curso de formação em Analista de Sistemas. As aulas acontecem no Instituto de Tecnologia em Informática — ITECI, na Abdiás de Carvalho, nas segundas, terças e quintas-feiras. Todos os participantes são progra-

O objetivo do treinamento é formar um grupo de analistas, já que o Tribunal dispõe apenas de programadores. A função do analista é detectar problemas e encontrar as possíveis soluções, de forma que a partir dessas informações os programadores possam desenvolver sistemas.

Durante o curso, que tem duração de quatro meses e corresponde ao 2º segmento (ciclo profissional), os participantes irão estudar as seguintes matérias: Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas; Técnicas de Levantamento de

Dados; Modelagem de Dados; Análise Estruturada de Sistemas; Desenvolvimento de Projetos Físicos e Projeto Final.

Para desenvolver a atividade de analista de sistema o técnico, além de entender de informática, deve também ter conhecimento de administração e organização de empresas. A formação de uma turma de analistas vai trazer, entre outros benefícios, maior economia para o TJ, que sempre contrata firmas de consultoria, quando necessita desse tipo de serviço.

Vice-presidente do TJPE é homenageado

O vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio, foi agraciado pelo Exército brasileiro com a "Medalha do Pacificador". A cerimônia fez parte das comemora-

ções alusivas ao Dia da Bandeira, ocorridas no dia de ontem. Além do magistrado, o general Armando de Moraes Ancora Filho, comandante militar do Nordeste, condecorou outras autoridades do Estado.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 218

Diário Oficial

Superpopulação carcerária preocupa Judiciário

Com menos de um mês à frente da 2ª Vara das Execuções Penais, onde desempenha a função de corregedor de presídios, entre outras atribuições, o juiz corregedor auxiliar Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes determinou a abertura de quatro procedimentos administrativos para apurar denúncias de torturas e espancamentos infringidos aos presos, principalmente no Aníbal Bruno.

As acusações, que partem de advogados e familiares, serão rigorosamente apuradas. Segundo o magistrado, que começou a ouvir as partes interessadas, provi-

dências serão tomadas em caso de constatação das irregularidades. As conclusões podem, inclusive, ser encaminhadas ao Ministério Público, para oferecimento de denúncia.

De acordo com o art. 93, inc. V do Código de Organização Judiciária e com a lei 10.757, de 12 de junho de 1992, criando a 2ª Vara das Execuções Penais, cabe ao juiz Bartolomeu Bueno inspecionar as prisões estaduais. Também lhe cabe verificar a existência de irregularidades nesses estabelecimentos e tomar providências para que prazos fixados pelo Código de Processo Penal sejam cumpridos.

A medida visa distorções, como a permanência de presos nas penitenciárias, mesmo depois de cumprida a pena. Às vezes, durante anos. Por outro lado, prazos fielmente cumpridos impedem que réus perigosos sejam colocados em liberdade, antes mesmo de terem sido interrogados.

DISTORÇÕES

Para definir a situação jurídica dos presidiários o quanto antes, defendendo não só os direitos de cada um, mas também a correta aplicação da lei de execução penal, o juiz Bartolomeu Bueno vai conceder audiência pública, pelo menos uma vez por mês,

aos presos provisórios, em cada um dos estabelecimentos centrais de sua jurisdição. O magistrado já visitou a Colônia Penal do Bom Pastor e o Aníbal Bruno, onde constatou de fato irregularidades.

Entre elas, o excesso de lotação e a falta de pessoal habilitado para promover a segurança interna dos detentos, uma vez que a polícia penitenciária foi extinta, sem que tenha havido criação de quadro de agências especializadas no trato com os presos. O assunto foi encaminhado ao secretário Marcos Cabral, da Justiça. A capacidade de nossos presídios é de 2.174 presos. Em novembro, foram registrados 3.236 detentos, sem contar com as cadeias públicas. Nos presídios provisórios de Palmares, Arcoverde e Pesqueira cabem, respectivamente, 22, 120 e 50 apenados. Mas os dados de novembro, contudo, registram 40, 143 e 51 presos. Nas penitenciárias de Caruaru e Canhotinho, onde cabem apenas 50 e 154 condenados, há um total de 97 e 208 presidiários.

A ideia conjunta do Judiciário e Externo é deixar os presos na sua própria comarca, permitindo a manutenção do vínculo familiar e da identidade cultural do apenado, evitando-se ainda o



Juiz Bartolomeu Bueno pede apoio aos colegas magistrados

excesso populacional nos cárceres estaduais. O problema, contudo, é que não há presídios em todas as comarcas, apenas cadeias públicas, onde os presos permanecem em regime provisório, durante a tramitação do processo.

APOIO

O trabalho do juiz Bartolomeu Bueno, com certeza, não será fácil. Ainda mais se for considerado o fato de

que a 2ª Vara das Execuções Penais, criada recentemente, tem carência de servidores e estrutura funcional. Para criar condições iniciais, o magistrado enviou ofício-circular aos colegas da Capital e Interior, solicitando apoio no que diz respeito ao cumprimento obrigatório dos prazos processuais.

O pedido será reforçado

pessoalmente, durante visitas já estabelecidas às comarcas da Região Metropolitana, depois Agreste e Sertão. Com a estratégia, ele espera minimizar os vários problemas inerentes ao sistema penitenciário, especialmente no tocante à superpopulação carcerária, inclusive no que diz respeito aos presos provisórios, que ainda aguardam julgamento.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Cláudio Pinheiro Góes

Assessor de Imprensa:
Ademir Palma

Editor:
Roberto Tavares

Relatores:
Oriberto Alcântara, Lúcia Carvalho e Maurício Gouveia

Fotógrafo:

José Barbosa

Diagramação:

Cleide Dias

Editoria de Arte:

Júlio Gonçalves

Redação:
Rua da República, s/nº — 5º Andar
11010 — Recife-PE — CEP
51010-000 — Fone: (41) 3811-8154
— Telex: 2115

Concurso entra em fase de conclusão

Será na segunda-feira (23) o teste psicotécnico do Concurso para Juiz Substituto, de 1ª Entrância, que está em andamento no Tribunal de Justiça. Na etapa realizada recentemente, quando

os candidatos foram submetidos a prova prática (cível e criminal), apenas 19 foram aprovados. Logo após a divulgação dos resultados do psicotécnico será aplicada a prova oral.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SABADO, 21 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 219

Diário Oficial



Romero Leite garante segurança no cumprimento de mandados

PM garante segurança na execução de mandados

A Polícia Militar irá prestar todo o apoio operacional necessário ao cumprimento de mandados judiciais relativos a processos criminais de tóxicos, nas comarcas do interior do Estado, situadas nas áreas de narcotráfico. Convênio nesse sentido foi firmado com a Corregedoria Geral da Justiça, que dentro de poucos dias estará baixando Instrução de Serviço.

O corregedor Estêrio Galvão irá instruir os juizes das comarcas que ficam na região onde ocorre o plantio de tráfico de drogas, para que os mandados judiciais sejam expedidos e entregues aos oficiais de justiça com antecedência mínima de quatro dias da audiência designada. O mandado deverá ser acompanhado de ofício ao batalhão militar da região requisitando a prestação de apoio.

O oficial de justiça, por sua vez, deverá entrar em contato com a autoridade militar, com uma antecedência de três dias da audiência, solicitando apoio. A PMPE irá fornecer uma viatura para transporte do agente e segurança pessoal, possibilitando assim o cumprimento do mandado.

A medida foi tomada em função das dificuldades e situações de risco, enfrentadas pelas autoridades judiciais na execução de mandados relativos a processos criminais, nas áreas onde predomina o narcotráfico, principalmente nas comarcas do Sertão, entre as quais Araripina, Ouricuri, Parnamirim, Salgueiro, São José do Belmonte, Serra Talhada, Cabrobó, Floresta, Petrolina e em alguns termos jurisdicionais da região.

Judiciário moderniza Núcleo de Informática

O computador central do Tribunal de Justiça vai ser substituído por uma nova máquina. Recursos da ordem de 170 mil dólares foram autorizados pelo Poder Executivo, para compra do equipamento até o final do ano. A mudança permite consolidar os serviços implantados, além de interligar o TJPE a bancos de dados de vários outros Tribunais de Justiça e Tribunais Superiores.

A informação foi prestada pelo desembargador Carlos Xavier, ao diretor Delfim José Trigo Corrêa, da MPS Informática, empresa sulista que atualizou o sistema de computação do

Judiciário estadual. O empresário paraense veio fazer demonstração de programa para a área de execuções penais, visando à automação das varas. Com mais de 70 programas de infor-

mática implantados na área pública, em todo o País, Delfim Corrêa segue hoje para João Pessoa, onde fará demonstração de sistema similar ao do TJPE, para os desembargadores do Tribu-

nal de Justiça paraibano. O objetivo, ainda em negociação, é dotar aquela Corte de Justiça de modernos sistemas de computação, que permita agilizar a prestação jurisdicional no Estado.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Socorro

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elário Romero Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademir Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Oriberto Alcântara, Lúcia Carvalho e Marcos Glaucio

Fotografia:
Jorge Barboza

Diagramação:
Cristina Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, 111 - 5º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-10 - Fone: 424.3811 R-214 - Telex: 31 18.

Corregedoria faz levantamento do Grande Hotel

Por não dispor da planta original do Grande Hotel, cedido em regime de comodato ao Poder Judiciário estadual, a Corregedoria Geral da Justiça abriu licitação para levantamento arquitetônico do prédio. De posse do

material, no mais tardar na primeira quinzena de dezembro o desembargador Etério Galvão, corregedor geral, dará início às adaptações necessárias à acomodação dos serviços judiciais.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 220

Diário Oficial

Grande Hotel pode ser denominado "Fórum Tomás Cirilo"

O Conselho da Magistratura aprovou por unanimidade sugestão da Corregedoria Geral da Justiça, no sentido de que o prédio do Grande Hotel, para onde serão transferidas algumas Varas da Capital, passe a ser denominado "Fórum Tomás de Aquino Cirilo Vanderlei". A proposta será encaminhada ao Egrégio Tribunal de Justiça, para apreciação e votação.

Natural de Pernambuco, Tomás de Aquino Cirilo Vanderlei nasceu no Engenho Santa Rosa, município de Ipojuca, no dia 7 de março de 1894. Filho do magistrado Manuel Cirilo Vanderlei e de

Joana Francisca Vanderlei, estudou no Colégio Salesiano, de onde saiu para a Faculdade de Direito do Recife. Formado no ano de 1917, ingressou logo no Ministério Público, servindo como promotor de Alagoas, da Ingazeira, depois Sirinhaém, Ipojuca e Belo Jardim.

Passando à magistratura no ano de 1931, Tomás Cirilo foi juiz de direito nas comarcas de Aguas Belas, Agua Preta, Canhotinho e Jaboatão, sendo transferido para a 3ª Vara da Capital. No Recife, foi juiz diretor do Foro e ocupou as 5ª e 11ª Varas Cíveis. Em 30 de janeiro de 1951, foi nomeado desembargador, tomando posse no Tribunal de Justiça em fevereiro do ano seguinte.

Tomás Cirilo nunca aceitou presidir o Tribunal de Justiça, como também recusou a Secretaria de Justiça do Estado, no tempo da intervenção do desembargador José Neves. Homenageado com o Diploma do Mérito da Magistratura, concedido pela Associação dos Magistrados Brasileiros, aposentou-se depois de 30 anos de serviço público, falecendo no dia 28 de fevereiro de 1968, no Recife. O Salão das Sessões das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça leva seu nome.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Gobello

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elvino Rangel Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcides Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcia Carvalhal e Milton Klauz

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/nº — 51º An.
Bônus — Recife-PE — CEP
50.010 — Fone 424.3811 R-211
— Telex 3118

Carlos Xavier é Cidadão de Caruaru

Por iniciativa dos vereadores Antônio Silvério e Clóvis Mendes, a Câmara Municipal de Caruaru homenageou o desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, com a concessão do título de "Cidadão de Caruaru" e da Medalha de Honra ao Mérito "José Rodrigues de Jesus", Classe Ouro, em reconhecimento aos serviços prestados pelo magistrado, àquela comunidade, na área jurídico-social.

A entrega aconteceu durante sessão solene, realizada sexta-feira, no Plenário "Jornalista José Carlos Florêncio, daquela Casa Legislativa. A reunião foi presidida pelo vereador Luiz Gonzaga, presidente da Câmara Municipal de Caruaru, na presença de autoridades, amigos e representantes da comunidade local.

Trata-se de mais uma oportunidade em que o desembargador Carlos Xavier

constata o reconhecimento popular pela sua atuação como magistrado. O presidente do Tribunal de Justiça ainda será alvo de homenagens pelas comunidades de Pesqueira, São José da Coroa Grande, Bodocó e Rio Formoso. Nesta última comarca, onde morou por muitos anos, foi vereador durante duas legislaturas, compreendendo o período de 1947 a 1955.

Advogado tem sala própria no Paula Batista

Advogados que militam no Fórum Paula Batista já dispõem de sala própria, onde bater petições e analisar processos. A iniciativa conjunta — OAB e Corregedoria Geral da Justiça — é

uma antiga reivindicação dos bacharéis em Direito. Além de secretária e material de apoio, há cerca de 40 livros jurídicos e toda coleção de códigos para consulta.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 221

Diário Oficial

Corregedoria combate lentidão processual

Os escrivães dos cartórios cíveis e criminais deverão remeter mensalmente à Corregedoria Geral a pauta de audiências juntamente com relatório das que foram marcadas e não realizadas, especificando o motivo do adiamento da nova data designada. A determinação é do corregedor Etério Ramos Galvão e visa maior fiscalização sobre o andamento dos processos.



Corregedor determina remessa de pautas dos cartórios cíveis e criminais

Com isso a Corregedoria terá uma gerência efetiva para avaliação das causas de adiamento, apurando responsabilidades e poderá tomar as medidas cabíveis no sentido de combater a lentidão processual. Essa informação será prestada através de relatório próprio, com discriminação de fatores que motivaram o adiamento da audiência, seja pela falta de citação ou intimação, ausência do juiz ou pedido de adiamento por uma das partes.

A partir de agora as pautas de audiências deverão ser organizadas e enviadas à Corregedoria a cada mês, e não mais quinzenalmente como ocorria. Para o corregedor Etério Galvão "o envio das pautas a cada quinze dias não atende aos serviços judiciários, e não esclarece os motivos pelos quais determinadas audiências são sucessivamente adiadas e remarçadas.

Como acontece habitualmente, a pauta deverá ser expedida em três vias, uma que será afixada no Foro, outra será arquivada no cartório e a terceira será remetida à Corregedoria, juntamente com o formulário que trata das audiências adiadas.

Presidente vai restaurar Comarca de São José

O prefeito eleito de São José da Coroa Grande, Lívio Tenório, em visita ao Tribunal de Justiça, discutiu com o chefe do Poder Judiciário, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, a possibilidade de restaurar a Comarca de São José.

Atualmente, o município de São José da Coroa Grande é termo judiciário de Barreiros, mas já foi comarca, tendo como primeiro juiz, à época, o próprio presidente Carlos Xavier. O desembargador-presidente assegurou que vai restaurar a comarca, no início do próximo ano.

Segundo o prefeito, sua gestão vai se preocupar em oferecer infraestrutura à cidade, estimulando o turismo. Para tanto, o prefeito afirmou estar entrando em contato com vários segmentos da sociedade pernambucana.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemir Pava

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcia Carvalho e Marcon Gleason

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Rua da República, s/n — 51º Andar — Recife-PE — CEP 51.010 — Fone: 424.3811 R-214 — Telex: 3118.

Presidentes discutem problema do trânsito

O presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Paulo Furtado, convidado para realizar uma palestra no I Fórum Nacional de Segurança Pública, Violência e Criminalidade, visitou

o chefe da Corte de Justiça pernambucana, desembargador Carlos Xavier. Durante o encontro, o presidente baiano falou sobre a experiência do Juizado Especial de Trânsito, no seu Estado.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 222

Diário Oficial

Estatuto da Criança e do Adolescente é tema do encontro

Juízes pernambucanos, representantes de 35 comarcas do Interior e Região Metropolitana, estão reunidos hoje e amanhã, em Moreno, com o objetivo de aprofundar conhecimentos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente e padronizar normas específicas de atendimento. O desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, abre o encontro falando sobre "A importância dos Juizados da Infância e Juventude no Poder Judiciário de Pernambuco".

O período proporciona a oportunidade da magistratura ampliar a consciência de que a garantia dos direitos preconizados

no Estatuto da Criança e do Adolescente só pode ocorrer plenamente através da ação solidária dos diversos agentes que lidam com a questão. Os quase cem participantes aguardam com expectativa a palestra do desembargador Antônio Amaral, de Santa Catarina, sobre "Destituição do pátrio poder e colocação em família substituta". Ele, um dos responsáveis pela elaboração do Estatuto, tem larga experiência na problemática do menor.

SERVENTUÁRIOS

Encontro similar foi encerrado ontem, no Recife, destinado a serventuários e técnicos da Capital e Interior, que lidam diretamente com o assunto. O período foi dedicado a palestras proferidas por juízes, promotores e pelo secretário-executivo do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Marcelo Antão, oportunidade em que os participantes puderam tirar dúvidas sobre o assunto.

De acordo com o representante daquele Conselho, é importante a sociedade se conscientizar

de que o Estatuto não visa apenas à criança de rua, mas à infância e adolescência como um todo, seja nas famílias carentes ou de melhor posição sócio-econômica. Marcelo Antão salientou que a garantia jurídica prevista pela lei, não implica em protecionismo ou paternalismo. "Apenas estender, aos adolescentes infratores, os mesmos direitos que têm os delinquentes adultos, como o de ser preso apenas em flagrante ou por ordem judicial, o direito à presunção da inocência e prerrogativa à ampla defesa com todos os recursos a ela inerentes".

Numa rápida análise da situação, o secretário-executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente disse que "na época do cristianismo a criança tinha tão pouca importância, que nem mesmo fazia parte do levantamento populacional. Época em que os pais tinham poder de vida e morte sobre os filhos. Dentro do contexto de dignidade à vida, chegamos aos dias de hoje, principalmente a partir de 1990, com a Lei 8069, Es-



Criança é prioridade para Judiciário e CBIA

tatuto da Criança e do Adolescente, que vem provocando discussões entre defesas e ataques".

CONVÊNIO

O encontro dos juízes e dos serventuários é resultado de convênio firmado entre Tribunal de Justiça e Fundação Centro

Brasileiro da Infância e Adolescência — CBIA — que prevê a liberação de Cr\$ 129 milhões, em três parcelas, para melhoria da assistência judiciária prestada à criança em Pernambuco. A primeira parcela já foi liberada, no valor de Cr\$ 89 milhões, com publicação de Manual de

Normas e Procedimentos para distribuição em todo o Estado, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os recursos prevêem, além disso, aquisição de material e equipamentos para as duas Varas Privativas da Infância e Juventude, em funcionamento no Recife.

Presidente agradece homenagem

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, foi homenageado, no município de Caruaru, com o título de "Cidadão de Caruaru" e com a "Medalha José Rodrigues de Jesus". Durante o seu discurso, o chefe do Poder Judiciário lembrou sua carreira de magistrado, como juiz da 2ª Vara da Comarca caruaruense, quando foi escolhido como a autoridade de destaque do ano. Discurso na íntegra na 2ª página.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elcio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adenair Paiva

Editor:
Roberto Tanases

Redatores:
Christiane Aldeblanc, Lúcia Carvalho e Márcio Glauco

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/n — 51040-000 — Recife-PE — CEP 51.010 — Fone: (081) 3811.8214 — Telex: 3118.

Curso da Magistratura encerra inscrições hoje

Bacharel em Direito têm até hoje para se candidatar ao Curso da Magistratura, oferecido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. A taxa é de Cr\$ 130 mil, podendo ser paga em qualquer agência do Banorte. Os interessados serão submetidos a exame de seleção no

dia 10 de dezembro. O curso tem início a primeira de fevereiro, com duração de 105 horas/aula de disciplinas fundamentais e outras 90 de estudos complementares sobre Direito Agrário, da Criança e do Adolescente, Medicina Legal, Direito Eleitoral e Organização Judiciária.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1992

Nº 223

Diário Oficial

Estatuto prevê direitos e deveres

A pesar do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069/90 — um elenco de direitos que configura a doutrina de proteção integral à população infanto-juvenil — pouca coisa mudou em relação ao menor brasileiro, nestes dois anos. A sociedade está mal informada sobre a legislação, principalmente pelas autoridades públicas que, às vezes, passam a impressão de que o Estatuto protege em excesso os delinquentes juvenis. A observação é do desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, um dos responsáveis pela elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diretor do Centro Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ele se encontra no Recife para proferir palestra para juizes da Capital e Interior que lidam diretamente com a problemática do menor. O encontro dos magistrados é uma promoção do Judiciário estadual, através de convênio firmado com a Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência, com o objetivo de proporcionar melhorias no atendimento e na estrutura física das varas específicas.

O desembargador reconhece que o Estatuto não pode ser implementado em curto espaço de tempo, já que exige mudança radical no sistema de atendimento e garantias de direitos, nunca antes tratado pelo Código de Menores, que via as crianças como trombadinhas, irregulares, pivetes e abandonados. O Estatuto, por sua vez, entende que não é a criança abandonada e empobrecida que está em situação irregular, mas sim quem a abandona e empobrece. Enquanto o Código tratava da situação irregular do menor, o Estatuto trata da situação irregular dos que negligenciam crianças e jovens. E vai mais além, porque oferece medidas de apoio material à mãe-pobre, gestante e nutriz.

DIREITOS E DEVERES

O mais importante, na sua opinião, é que o Estatuto preconiza a ideia de que o menor deve ser assistido junto a pais e amigos na própria



Carlos Xavier preside Encontro sobre a Infância e Adolescência

comunidade. "O que falta para a lei oferecer frutos é a participação da sociedade como um todo, através da divisão de responsabilidades pela igreja, clubes de serviço, escolas e poder público". Amaral e Silva cita os exemplos de Blumenau e Maringá, respectivamente em Santa Catarina e Paraná, como cidades onde o Estatuto vem dando certo porque houve vontade política. "Lá existem programas de caráter educativo, que atestam a possibilidade de êxito do sistema".

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, não trata apenas de direitos, como disse o desembargador. Acrescentou que a sociedade precisa tomar consciência de que, se por um lado há garantias de prerrogativas fundamentais, também estabelece responsabilidade social que

vai até a perda privativa de liberdade, da mesma forma como são tratados os delinquentes adultos, quando investem contra o patrimônio, a liberdade e integridade física de outras pessoas.

Amaral e Silva afirmou que as autoridades policiais devem aplicar o Estatuto nos casos previstos em lei, lavrando os respectivos autos de apreensão em flagrante, agindo da mesma forma como fariam com qualquer adulto que comete delitos. "O que não é possível é prender crianças e jovens que estão exercendo o direito constitucional de ir e vir, pelo simples fato de que estão nas ruas e são pobres". Na opinião do magistrado, isso é admitir que existe um apartheid no Brasil muito pior do que na África do

Sul, porque aqui é em relação à pobreza das pessoas".

CRIMINALIDADE

Ao analisar a situação, o desembargador de Santa Catarina afirmou que se a sociedade não tem nada melhor do que a rua para oferecer à criança, não se deve oferecer o cárcere e muito menos certos depósitos infantis, que mais funcionam como depósitos de criminalidade. A atitude, além de injusta, é antipedagógica e induz o jovem à prática de atos anti-sociais. "Se o menor é tratado da mesma forma, praticando ou não delitos, certamente ele vai investir sempre contra a sociedade".



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Conselheiro-Geral:
Des. Elton Ramos Calvão

Assessor de Imprensa:
Adsoni Faria

Editor:
Roberto Torres

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcia Carvalho e Marcos Gleason

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Colênia Dias

Editoria de Arte:
Aldo Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/n — 5º Andar — Recife-PE — CEP 52.010 — Fone: 424.3811 R-214 — Telex: 2816.

Cobrança de dívidas: mais de 11 mil feitos

As causas mais comuns que tramitam no Juizado Especial de Pequenas Causas do Rosarinho são referentes a cobrança de dívidas. Durante os três anos de funcionamento daquele núcleo de prestação jurisdicional, houve mais de 11 mil feitos dessa natureza, todos solucionados.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 28 DE NOVEMBRO DE 1992 Nº 224

Diário Oficial

Família tem assistência psicológica

Separação, guarda de filhos e visitas são problemas com os quais as varas de família lidam todos os dias. Para minimizar as seqüelas deixadas por essas situações, a Corregedoria Geral de Justiça, contando com o apoio dos juizes das referidas varas, implantou um programa de assistência social e psicológica, que serve de suporte tanto às famílias quanto aos juizes, na elaboração de suas sentenças.



Juiz Milton Neves ressalta a importância dos serviços

juízo. Mas espera-se que, com a transferência das varas para o Grande Hotel, os serviços possam ser levados adiante, já que são de relevância para a sociedade.

Atualmente, funcionam cinco varas de família. Quatro, no prédio da João de Barros, e uma na Assistência Judiciária. O ideal seria duplicar essa quantidade e preparar juizes para a função, ressalta o juiz Milton Neves. Argumentando que os serviços prestados são importantes, Neves lembra que

o Direito de Família é colocado no tripé dos aspectos jurídico, social e psicológico. "O trabalho não pode ser dissociado", conclui.

CASAMENTO X SEPARAÇÃO

O casamento não é uma instituição falida. A afirmação do juiz se baseia no fato de que o matrimônio tem sobrevivido a todas as épocas. "Se há casais felizes e infelizes, a culpa não é da instituição", comenta. Ele admite, porém, que há um alto

índice de separações. Na 4ª Vara, pela qual responde, por exemplo, existe uma média de 25 casamentos para 10 divórcios e separações. "O problema não é o casamento. São as pessoas. Muitas vezes, elas não estão preparadas", insiste.

INÉDITO NO NORTE-NORDESTE

O trabalho realizado nas varas de família da Capital é pioneiro no Norte-Nordeste. Semelhante a esse projeto, só existe um, funcionando, atualmente, em São Paulo.

O juiz Milton Neves, um dos grandes entusiastas desse projeto, afirma que antes o Estado costumava intervir nesses processos que, por si só, já são traumáticos, sem se preocupar com o lado psicológico das pessoas envolvidas, mas apenas com bem-estar físico. Foi pensando em conciliar esses dois aspectos, que foram colocadas uma psicóloga e uma assistente social, Helena Ribeiro e Rita Perazzo, para prestarem esse tipo de trabalho.

"É sempre importante uma avaliação psicológica", ressalta o magistrado. Segundo ele, essa avaliação obedece a uma seleção dos casos, notadamente daqueles relacionados com menores. "Numa separação, os adultos têm seus ressentimentos, suas mágoas, mas a criança é quem mais sofre com todo esse processo. Muitas vezes, os filhos são instrumentos dos pais", comenta.

CASOS

Os juizes encaminham entre três e quatro casos semanais à psicóloga e à assistente, dependendo do parecer de que precisam. Através desse trabalho, já foi possível estabelecer, inclusive, reconciliação das partes, evitando a separação. A função das profissionais, entretanto, não é vinculada. Rita Perazzo, como assistente social, faz um levantamento de toda a vida familiar, por meio de visitas ao ambiente doméstico e aos locais frequentados pela família. Já Helena Ribeiro dá uma assistência mais a nível individual.

DIFICULDADES

Um dos grandes empecilhos por que o trabalho da assistente e da psicóloga não está sendo realizado de forma integral é a falta de estrutura. De acordo com o juiz Milton Neves, não há espaço nem condições adequadas de funcionamento desse pro-



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires Barreto
Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Daltro

Assessor de Imprensa:
Almir Peres

Editora:
Roberta Tavares

Revisores:
Christiane Alcântara, Lúcia Carvalho e Marcelino Gouveia

Fotografia:
Jesús Balcón

Diagramação:
Cristina Dias

Editora de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Rua da República, s/nº — 50.400-000 — Recife-PE — CEP
50.010-000 — Fone: 424.38.11/214
— Telex: 3116

2ª Vara Cível passará por correção

No próximo dia dez, a partir das 9h00 terão início os trabalhos de correção, determinados pelo Conselho da Magistratura, em todos os processos e livros da 2ª Vara Cível por Distribuição da Comarca da Capital, situada no Fórum Paulo Batista.

A correção deverá seguir as normas constantes dos artigos 33, do Código de Organização Judiciária, devendo versar inclusive sobre os atos anteriores ao antepositário, na forma prevista no art. 89 do mesmo código.

Durante os trabalhos, toda e qualquer pessoa poderá apresentar queixas e reclamações no tocante ao funcionamento da vara. A correção é um serviço rotineiro da Corregedoria Geral da Justiça, sendo realizada na Capital e varas das comarcas do Interior.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 01 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 225

Diário Oficial

Chefe da Procuradoria Regional visita presidente do TJ



Advogados lembram Brito Alves

Conclucentes prestam homenagem a Brito Alves

A turma de conclucentes deste ano do curso de Direito da Universidade Católica foi denominada "Desembargador Antônio de Brito Alves", numa homenagem ao ex-integrante da Corte de Justiça do Estado. A solenidade de forma-

tura será realizada este mês.

Antônio de Brito Alves nasceu em Recife, no dia 15 de junho de 1921. Fez o curso de Direito na Universidade Federal de Pernambuco tendo chegado a bacharel em 1947. No ano seguinte iniciou a

função de advogado criminal. Naquele ano fez a primeira defesa perante o Tribunal do Júri do Recife. Até 1987 exerceu a função, perfazendo um total de 220 júris.

O desembargador foi também professor da Universida-

de Católica lecionando as cadeiras de Direito Penal e Criminologia. Em 1976 passou a integrar a Academia Pernambucana de Letras Jurídicas. No ano de 1987 — 40 anos após se formar em Direito — Brito Alves foi nomeado desembargador.

Durante a sua vida judicante ocupou todas as posições de sucesso que se abrem aos homens de Direito, a um verdadeiro jurista: professor universitário, juiz, desembargador, escritor de livros jurídicos sempre bem aceitos pela crítica.

Em visita ao presidente do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, a chefe da Procuradoria Regional da República, Dalva de Almeida, falou da instalação da sede daquele órgão aqui no Estado que deverá ocorrer dentro de poucos dias. A procuradora solicitou colaboração do judiciário estadual na implantação e desenvolvimento do trabalho da Procuradoria visando melhor atendimento aos jurisdicionados.

O desembargador Carlos Xavier colocou-se à disposição da instituição e se comprometeu a ajudar no que for necessário. Ele lembrou que o trabalho do Judiciário deve estar sempre em perfeita sintonia tendo em vista a agilização dos serviços prestados à população.

A sede da Procuradoria Regional da República está sendo instalada na rua Floriano Peixoto, próximo ao complexo ferroviário. Dalva Almeida foi escolhida por seus colegas para chefiar o órgão e nomeada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Aristides Junqueira.

Juventude no contexto do Poder Judiciário

O desembargador do Tribunal de Justiça, Carlos Xavier, presidiu a solenidade de abertura do II Encontro de Juizes das Varas da Infância e Juventude. "Não menos verdade é que como Magistrado e como cidadão tenho me preocupado diretamente com o grave problema das crianças e adolescentes no Brasil, sejam elas carentes, abandonadas, vitimizadas..." Discurso na íntegra na 2ª página.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pass Bastos Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Ademar Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Acácia, Lúcia Carvalho e Ilaciano Glicério

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/nº — 51º Andar — Recife-PE — CEP 50.093 — Fone: 424.3811/6-214 — Telex: 3118

Recursos beneficiam Infância e Juventude

O Centro Brasileiro da Infância e Adolescência liberou segunda parcela do convênio realizado com o Tribunal de Justiça de Pernambuco, destinado à melhoria do funciona-

mento das varas privativas da Infância e Juventude. A parcela fica em torno de Cr\$ 20 milhões, devendo a terceira e última ser liberada até final de dezembro.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 226

Diário Oficial

Juiz diploma novos eleitos

Autor de decisão polêmica, culminando com o aumento da composição da Câmara de Vereadores do Recife, o juiz Mário Alves de Souza Melo se prepara para a solenidade de diplomação dos novos eleitos: prefeito, vice e 41 parlamentares municipais. O ato ocorre sexta-feira, dia quatro, à tarde, no plenário daquela Casa legislativa, na presença de autoridades e representantes da sociedade civil organizada.

Como presidente da totalização do pleito recifense de três de outubro, o juiz Mário Melo — também assessor da presidência do Tribunal de Justiça — fará entrega do título aos novos representantes municipais, dando-lhes o direito à posse no dia primeiro de janeiro, por um período de quatro anos.

As manifestações de solidariedade que Mário Melo recebeu de magistrados, juristas, advogados e organismos públicos respaldam a decisão. Segundo ele, dentre as atribuições de um juiz eleitoral, está a responsabilidade de totalizar os votos de acordo com o artigo 106 do Código Eleitoral, ou seja, dividir os votos válidos pelo número de cargos a preencher. A quantidade de cargos, por sua vez, é da compe-

tência da Lei Orgânica, conforme determina a Carta Magna e a Decisão 52 de 09.04.92, do Tribunal Superior Eleitoral.

O juiz Mário Melo, especialista em Direito Eleitoral e de Família, informa que a Lei Orgânica só pode ser atacada através de ação direta de declaração de inconstitucionalidade, impetrada ao Tribunal de Justiça pelo prefeito, Mesa Diretora da Câmara e entidades públicas municipais. Juiz da 1ª Zona Eleitoral e presidente da Totalização das Eleições, o magistrado determinou a afiliação da Ata Geral de Apuração, devidamente retificada, no Tribunal Regional Eleitoral, para conhecimento dos partidos políticos, candidatos e interessados.

ATUAÇÃO

Natural de Catem-

Juiz Mário Melo
é também
assessor da
presidência
do Tribunal de
Justiça



de, Mário Melo ingressou na vida pública no dia 2 de março de 1962, como juiz da Comarca de Parnamirim, numa época em que não havia estrada pavimentada, telefone nem televisão no interior. Jornal e Diário Oficial só a cada 15 dias. Depois, instalou a Comarca de Belém de Maria. Foi promovido para Correntes, removido para Altinho e Ribeirão e, finalmen-

te, promovido para Recife, em 1978, por merecimento.

Aqui, ocupou a 3ª Vara Criminal por Distribuição, a 6ª Vara Civil por Distribuição e a 3ª Vara de Família e Registro Civil. Na Capital, o juiz Mário passou três anos como corregedor-auxiliar. Está há cinco anos como assessor da presidência do Tribunal de Justiça, passando pelas administrações dos

desembargadores Mauro Jordão, Demócrito Reinaldo, Valdemir Lins, Francisco de Sá Sampaio, João David e Carlos Xavier.

Coordenador da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, onde também leciona Direito Eleitoral, o juiz Mário Melo tem vários trabalhos publicados nas revistas forenses de Pernambuco e da Bahia.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elbio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Altemar Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcia Carvalho e Marceli Gusão

Fotografia:
João Batista

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/nº — 5º Andar — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: (081) 3011-914 — Telex: 3170

Planejamento prevê capacitação de serventuários

Com a participação de representantes do Tribunal de Justiça, Fundação e outros órgãos ligados à problemática do menor, a Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência promoveu reunião com o objetivo de programações espe-

ciais a serem desenvolvidas no próximo ano. No que diz respeito ao judiciário estadual, foi solicitada maior quantidade de treinamento para capacitação de serventuários e juizes que lidam diretamente com a infância e juventude.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 03 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 227

Diário Oficial



Juizes do Interior querem Vara Privativa do Menor

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, analisa possibilidade de criar Varas Privativas da Infância e Juventude no interior do Estado. A sugestão é dos magistrados que participaram do Encontro para Juizes, em Moreno, promovido pelo judiciário pernambucano, em convênio com a Fundação Centro Brasileiro da Infância e Adolescência.



Carlos Xavier estuda reivindicações de magistrados

Ao justificar a proposição, os magistrados alegam que é grande o movimento processual neste setor, principalmente nas comarcas de Garanhuns, Caruaru e Goiana, cujos feitos tramitam nas Varas por Distribuição. No Interior, apenas Petrolina dispõe de atendimento jurisdicional ao menor, extensivo à família.

No Recife, feitos relativos ao menor tramitam em duas Varas específicas, localizadas na Rua Fernandes Vieira. Ambas funcionam com programação computadorizada de distribuição desde a semana passada. O sistema estará ainda mais ágil a partir de janeiro, quando estiver interligado à informática da Corregedoria Geral da Justiça.

A 2ª Vara da Infância e Juventude entrou em funcionamento no início do ano, com o objetivo de desafogar o acúmulo de processos em

andamento na primeira. Hoje, apresenta uma média mensal de 200 sentenças prolatadas. De acordo com o titular, juiz Luís Carlos Figueiredo, a rapidez se deve ao fato de que o núcleo dispõe de formulários prontos para qualquer tipo de ação, bastando serem preenchidos no momento oportuno.

De acordo com o juiz Luís Carlos, o encontro de magistrados realizado em Moreno, serviu para criar uma nova consciência de que, apesar da problemática sócio-econômica, muitas coisas relativas à infância e juventude podem ser feitas, desde que exista vontade política. Na sua opinião, existe o mito de que o problema é grave e sem solução, o que leva a sociedade e autoridade competente a não lutar em prol dos menores. "É difícil", disse ele, "mas não é impossível reverter o quadro".

Muitas foram as conclu-

sões dos magistrados, em Moreno. Uma delas, no tocante à necessidade de se implantar cadastro de pretendentes à adoção e de crianças disponíveis que, embora obrigatório segundo a lei, só existem nas comarcas de Recife e Olinda. Os participan-

tes ofereceram sugestões para aprimoramento da Comissão Judiciária de Adoção, proposta pela Corregedoria Geral da Justiça e defenderam a atuação da Ceja em relação aos pretendentes nacionais, apenas como uma espécie de banco de dados.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pais Sarinho
Soriano

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Gompertz
Corregedor-Geral:
Des. Elcio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adriana Paiva

Editora:
Roberta Lourenço

Redatores:
Christiane Alcantara, Lúcia Carvalho e Marcos Glauco

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cristina Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Relação:
Praça da República, 500 — 5º Andar
Recife-PE — CEP
50.010 — Fone: 424.2811/9-214
— Telex: 3115

Carlos Xavier recebe maior comenda municipal

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, vai ser homenageado com a Medalha de José Mariano, maior honraria concedida pela Câmara Municipal do Recife. A solenidade está marcada para o dia 10, às 16h, naquela Casa legislativa. O vereador Otávio Augusto é autor da proposição.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 04 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 228

Diário Oficial

Juizados e Fórum: prioridades 93

Com base na proposta de orçamento 93, em torno de Cr\$ 100 bilhões, o Tribunal de Justiça está concluindo a programação de atividades a serem desenvolvidas no próximo ano. A criação de seis novos Juizados Especiais de Pequenas Causas — Capital e Interior — e a construção do novo Fórum recifense fazem parte das prioridades estabelecidas.

O desembargador Carlos Xavier, presidente do TJPE, define nos próximos dias os municípios recifenses a serem contemplados com os novos JEPs. A decisão será baseada nas necessidades locais. Os juizados são núcleos jurisdicionais de importância para o cidadão, tendo em vista a agilidade

com que são resolvidas as mais diversas causas.

FÓRUM — o Tribunal de Justiça previu cerca de Cr\$ 30 bilhões para dar início à construção do novo Fórum da Capital, o que deve acontecer o mais rápido possível, conforme desejo do desembargador Carlos Xavier. Parte desse

valor, equivalente a Cr\$ 20 bilhões, é proveniente de repasse federal.

O prédio de cinco andares terá capacidade para abrigar toda restação jurisdicional da comarca de 3ª Estrância e outras Varas que venham a ser criadas futuramente. Haverá espaço, também, para funcionamento dos tribunais do Juri, o segundo deles ainda não instalado por falta de espaço físico. O terreno localizado na Ilha de Joana Bezerra foi cedido pelo então governador Roberto Magalhães.

Judiciário estadual conclui programação

Até o final de dezembro, a presidência do Tribunal de Justiça estará concluindo programação executiva dos departamentos, assessorias e Juizados Especiais de Pequenas Causas, estabelecida em outubro, durante reunião presidida pelo desembargador Carlos Xavier.



Secretário Luis Otávio permite melhor operacionalização de serviços

As reivindicações serão atendidas, tanto quanto possível, em especial a dos Juizados, de forma a consolidar ainda mais o rápido atendimento jurisdicional prestado pelos núcleos. Os JEPs apresentam índice de conciliação mensal em torno de 85%, garantindo a resolução dos casos num período inferior a 60 dias.

A programação consta da entrega de material permanente e de consumo — incluindo computadorização de alguns setores — necessário à operacionalização dos serviços. Os recursos, solicitados através da Assessoria de Planejamento do TJPE, foram liberados pelo secretário Luis Otávio, da Fazenda.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Cláudio Ribeiro Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Pires

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lídia Carvalho e Márcio Glauco

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Editoria de Arte:
Aldo Gonçalves

Redação:
Praça da República, s/n — São Antônio — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: (0430) 11.214 — Telex: 3116

Escola da Magistratura faz exame dia 10

Os candidatos inscritos no exame seletivo para ingresso no Curso de Preparação à Magistratura irão fazer as provas na quinta-feira, dia 10, a partir das 19:00h. A prova será aplicada na Escola Superior da Magistratura, onde também terá lugar

o curso para os concorrentes cujos nomes começam com a letra "A" até a iniciados com "L". Os restantes dos candidatos irão fazer seu exame na Universidade Católica de PE, bloco "G", salas 211 e 212.



ANO XXXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 05 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 229

Diário Oficial

Judiciário aprimora informática

O Poder Judiciário há muito vem investindo na sua informatização. Nesta segunda, dia 7, dá mais um passo na consolidação do seu sistema de computação. Às 10 horas, será realizada a tomada de preços de um CPU, máquina responsável pelo controle e armazenagem de informações de todos os computadores ligados ao Núcleo de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Mais de 15 empresas estão inscritas no processo de licitação, que prevê a entrega e instalação da nova máquina já no mês de janeiro.

O "supercomputador" vem em boa hora. Atualmente, o Núcleo de Organização e Sistemas do TJPE está em dificuldades com um velho computador COBRA, responsável pela manutenção de

tudo o sistema. Segundo a diretora do NOS, Lizete Peixoto, faltam peças e uma adequada assistência técnica desse equipamento. "Chegamos a ficar 15 dias parados, à espera de um conserto da máquina".

Mas ela ressalta que o principal ganho com a compra da nova máquina será o avanço tecnológico de todo o sistema do Judiciário estadual.

Apesar de ser uma "super" máquina, o CPU

é pequeno e simples. Ao contrário do velho COBRA, não precisa de cuidados especiais. Além disso, sua moderna tecnologia permite uma rápida e precisa manutenção, sem deixar que o sistema pare

por completo, como já ocorreu em outras ocasiões. Nesse sentido, o novo computador tem um dispositivo ("No Brake") que, na falta de energia elétrica, ele segura todo o sistema por um determinado tempo (de 30 minutos a uma hora).

RENPAJ

Outro ponto fundamental que a aquisição do novo equipamento vai proporcionar é a formação de uma rede local, onde todos os microcomputadores do TJPE estarão interligados ao cérebro do sistema, o CPU. Existe também a possibilidade de extensão dessa rede, sendo interligados computadores de outras repartições e instituições do Estado.

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção local, por exemplo, já manteve contato com o NOS para fazer parte dessa rede. Assim, os bacharéis ligados à entidade teriam um código de acesso aos dados "colocados à disposição pelo Poder Judiciário". "Tudo vai funcionar como um terminal de extrato bancário", revela Lizete Peixoto. Mas os avanços não param por aí.

Há algum tempo, o Tribunal de Justiça adquiriu uma linha própria dentro do sistema RENPAJ, da EMBRATEL. Mas só agora, com a compra do novo computador, será possível utilizá-la plenamente. O RENPAJ permitirá a interligação direta do TJPE com outros Tribunais estaduais e também com os Tribunais superiores, em Brasília.

Os recursos para a compra do computador são provenientes do orçamento desse ano, além de uma verba suplementar liberada pelo Executivo. A diretora do NOS, Lizete Peixoto, garante que o custo do investimento corresponde ao que o Judiciário gasta anualmente com a manutenção do COBRA, visto que o CPU tem 12 meses de garantia. Sem contar que a nova máquina tem uma vida útil mais longa, tem estrutura para acompanhar o crescimento do TJPE e uma maior compatibilidade com os SOFTWARES existentes no mercado, o que significa uma diminuição nas despesas do Judiciário.



Computação do TJPE serve de exemplo a outros tribunais



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires Barreto

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Pina

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcia Carvalho e Marcos Glávio

Fotografia:
Jozail Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
P.O. 40 República, s/nº — 51-40-
16100 — Recife-PE — CEP
50.010 — Fone: 424.3811 R-214
— Telex: 3116

TJPE encerra mais um curso de inglês

Cerca de 50 serventuários da Justiça concluem, dia 18, curso de inglês promovido pelo Núcleo de Recursos Humanos do TJPE. Com duração de quatro meses e aulas duas vezes por semana, para três turmas, o curso foi ministrado pelo professor José Guilherme do Nascimento, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 08 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 230

Diário Oficial

Judiciário lança novo concurso

O baixo índice de aprovação nos concursos para juiz e a disposição de preencher as vagas existentes, até fevereiro de 94, levaram o desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, a determinar abertura de novo processo de seleção para magistrados substitutos de primeira entrância. O edital deve ser publicado na imprensa oficial até dia 15 de dezembro.

Dessa vez, o desembargador Carlos Xavier vai afilar cópias do edital nas Faculdades de Direito, visando atrair maior número de interessados. O presidente espera cerca de dois mil candidatos, o dobro do número de inscritos no último concurso. Atualmente, o salário do juiz em início de carreira está em torno de Cr\$ 20 milhões.

Por decisão do pleno do Tribunal de Justiça foi extinto o ponto de corte, ou seja, a cada três questões erradas, uma certa era anulada. O método, que vigorou nos dois últimos concursos, foi um dos maiores

motivos para o baixo índice de aprovados. A nova medida, embora facilitasse, não deve ser motivo para o candidato não se preparar com afinco, uma vez que as provas serão elaboradas com rigor, dentro das normas da legislação vigente.

O desembargador Carlos Xavier informou, inclusive, que vai exigir que os magistrados fiquem residindo na comarca para a qual forem designados, fazendo cumprir o que determina a Constituição federal. Há cerca de 160 vagas nas três entrâncias.

Carlos Xavier recebe homenagem da Câmara Municipal



Carlos Xavier também é Cidadão Caruaruense

A Medalha do Mérito José Mariano, maior honraria municipal, será entregue nesta quinta-feira (10/12) ao desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça. A solenidade acontece às 16h, no plenário da Câmara de Vereadores do Recife. A homenagem é uma proposição do vereador Otávio Augusto.

O interesse inicial do autor era homenagear todos os desembargadores do Tribunal de Justiça. Na impossibilidade de propor a concessão de 15 medalhas, a escolha recaiu sobre o presidente do Judiciário estadual que, "além de competente magistrado é também ligado à política, uma vez que começou a vida pública como vereador de Rio Formoso".

De acordo com Otávio Augusto, o desembargador Carlos Xavier representa a classe com dignidade e, nestes primeiros meses de administração, demonstrou capacidade de liderança e decisão. Esta é a terceira Medalha do Mérito José Ma-

riano proposta pelo vereador a autoridades públicas, durante seus quatro anos de mandato.

O homenageado nasceu em Vitória do Espírito Santo, ingressando na magistratura em 1957, na Comarca de Bodocó. Passou por Petrolândia, São José da Coroa Grande, Quipapá, Água Preta, Nazaré da Mata e Caruaru. Em 69, foi promovido por merecimento para a terceira entrância. Foi substituto de desembargadores, corregedor-auxiliar, desembargador, corregedor geral e, finalmente, presidente do Tribunal de Justiça, cargo que assumiu no dia 6 de julho de 1992.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Sorenho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elvira Ramos Galvão

Acessor de Imprensa:
Alcimar Pava

Editor:
Roberta Távares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lucas Cal-
ulho e Marcon Galvão

Fotografia:
Júlio Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pça da República, 301 - St. An-
tônio - Recife-PE - CEP:
50010 - Fone: 424.3811 R-211
- Telex: 3116

Prefeitura cede prédio ao Judiciário

A Prefeitura de Igarassu cedeu ao Judiciário estadual, por um período de 5 anos, o imóvel onde funciona a 2ª Vara por Distribuição daquela comarca. O contrato de concessão foi assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, que recebeu a notícia através do diretor da Secretaria de Assuntos Jurídicos do man-

cipio, José Ribeiro de Sousa. O representante do prefeito Joaquim Pessoa Guerra veio ao Palácio da Justiça acompanhado do vice-presidente da Câmara Municipal, Natan Nazário de Albuquerque, e do vereador eleito Ademar Soares de Barros, além do juiz titular da comarca, Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 232

Diário Oficial

Departamento será informatizado

O Departamento de Patrimônio do Tribunal de Justiça está passando por uma ampla reforma. O espaço físico está sendo redimensionado, criando-se salas independentes para o material destinado às comarcas do interior do Estado e para a Capital, além da pintura de todo o Departamento. Mas a mudança mais significativa só acontecerá daqui a uns 40 dias: o Patrimônio será totalmente informatizado.

Sem sofrer qualquer tipo de reforma desde 1973, o Departamento de Patrimônio vinha com a informatização de seus serviços. "Será um grande avanço. Além da rapidez nos trabalhos, o computador permitirá um completo controle não apenas do nosso estoque, mas de todas as nossas necessidades", diz Maria do Carmo Alcântara, diretora do Patrimônio. O Departamento

é responsável por toda a distribuição de material do Judiciário estadual.

O programa de informatização do Patrimônio foi elaborado e será implantado pelo Núcleo de Organização de Sistemas do TJPE. Segundo a diretora do NOS, Lizete Peixoto, os programas estão em fase de acabamento, faltando apenas uma reunião com o pessoal do Departamento para os

ajustes finais. Todavia, ela informou que o sistema será passado aos poucos, em módulos. "Além disso, precisamos treinar as pessoas que vão trabalhar diretamente com o computador", frisou Lizete.

Segundo os técnicos do NOS, o sistema foi realizado de acordo com as necessidades do Patrimônio. Assim, a partir da implantação do programa, haverá um controle preciso de

tudo material de consumo e permanente, além da possibilidade de se fazer um levantamento dos custos de cada departamento do Tribunal de Justiça. Um dado interessante e importante do programa é a existência de um "alarme", que irá avisar o usuário sempre que estiver acabando o estoque de algum produto. Hoje, todos esses trabalhos são feitos através de fichas.



Reformas no Departamento de Patrimônio irão melhorar os serviços



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Feres Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elvino Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Adenor Paves

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Alcântara, Lúcia Cavallero e Marcos Gláucio

Fotografia:
Joaquim Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pça. da República, s/nº - SP Ar-
tório - Recife-PE - CEP
52010-000 - Fone: 424.3851 R 214
- Telex: 3116

Magistrados defendem criação de Conselhos

Magistrados acham necessária rápida implantação dos Conselhos Municipais e Tutelares em Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente. Os organismos, que têm objetivo de definir prioridades locais, articuladas com prioridades estaduais e federais, garantem melhor funcionamento do Estatuto, através de gestão participativa da sociedade.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 231

Diário Oficial

Associação modifica estatuto

Na próxima eleição para diretoria da Associação de Magistrados do Estado não haverá mais o voto por correspondência. A decisão foi tomada durante Assembleia Geral realizada na sede da entidade, com a participação de mais de 60 magistrados. Além dessa proposta outras mudanças foram aprovadas pelos representantes da classe, durante a reunião.



Magistrados discutem alterações na associação de classe

Candidatos fazem prova oral

Os dezoito candidatos inscritos no Concurso para Juiz Substituto de 1ª Instância, que vem sendo realizado pelo Tribunal de Justiça, farão a Prova Oral na próxima semana. A Comissão Organizadora do Concurso, presidida pelo corregedor geral Etério Ramos Galvão, dividiu os concorrentes em dois grupos.

O primeiro, composto por dez candidatos (ordem alfabética) fará o teste no dia 22-12

e a segunda turma, com os nove concorrentes restantes, fará a prova dia 23-12. A prova terá lugar na Sala das Sessões no 2º andar do Palácio da Justiça.

Esse é o segundo concurso que TJ realiza este ano. A determinação do presidente, des. Carlos Xavier, é preencher as vagas existentes na 1ª instância. Dessa forma dentro de poucos dias ele fará publicar mais um edital abrindo inscrições para o concurso de juiz.

O encontro foi presidido pelo desembargador Francisco de Sá Sampaio, atualmente à frente da diretoria, e contou com a presença dos desembargadores Edgar Sobrinho, Luis Belém de Alencar, Cláudio Américo e Artur Pio dos Santos. Os magistrados discutiram o processo de eleição, que acontece de dois em dois anos, e chegaram à conclusão que o voto por correspondência deveria ser abolido.

No próximo pleito da categoria serão instaladas seções eleitorais na capital e municípios mais distantes, que servem de ligação com outras comissões, entre os quais: Caruaru, Garanhuns, Arcoverde, Salgueiro, Serra Talhada, Araripina e Petrolina. A diretoria da AMEP realizará, sessenta dias antes da eleição, resolução disciplinando composição das mesas apuradoras, fiscalização do pleito e demais atos necessários à realização da escolha da nova diretoria.

Outra alteração aprovada pelos associados diz respeito à realização de assembleia geral. O prazo entre convocação e a realização que era de 15 dias, foi reduzido para oito. Além disso, de acordo com o vice-presidente da entidade, juiz José Fernandes de Lencos, extingue-se a obrigatoriedade de publicação do edital de convocação. Esteve em pauta também a criação da Caixa de Auxílios e Seguros da Associação. Esse assunto no entanto ficou para posterior deliberação.

CRIAÇÃO
Fundada em janeiro de 1950 pelo des. Rodolfo Azeiteiro, a Associação dos Magistrados estaduais, atualmente com mais de 300 sócios, é o órgão de representação e defesa dos direitos da

classe. Mensalmente são programados encontros, palestras e atividades culturais. A entidade dispõe de um clube, situado no bairro de Candeias, com piscina, restaurante, quadra de futebol e parque infantil. Atualmente estão sendo construídos 8 apartamentos para hospedagem dos magistrados do interior e outras capitais.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pinto Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Etério Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Mônica Paiva

Editora:
Roberta Favaretto

Redatores:
Christiane Alcantara, Lúcia Carvalho e Marcus Vinícius

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, 211 - 5º Andar
14040 - Recife-PE - CEP
50.932 - Fone: 424.3611/15.214
- Telex: 3116

Escola reabre inscrições

As inscrições para o Curso de Preparação à Magistratura foram reabertas pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Os interessados têm até o próximo dia 18 para se inscrever, e devem se dirigir à sala de inscrições, Av. João de Barros, 1445, no bairro da Assunção, tarde ou noite. No momento da inscrição o candidato deve apresentar comprovante de depósito, pago no Banco, no valor de Cr\$ 150 mil e nome de identidade.

Os interessados que se inscreverem até poderão participar do curso, no entanto, se foram aprovados no exame objetivo que será realizado no dia 22-12. A escola já definiu o programa que consta das seguintes matérias: Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Civil e Direito Processual Penal. A matrícula dos selecionados será feita de 22 de janeiro.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SÁBADO, 12 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 233

Diário Oficial

Carlos Xavier recebe Medalha "José Mariano"

Natural de Vitória do Espírito Santo e criado em Pernambuco, o desembargador Carlos Xavier é o mais recente homenageado com a Medalha do Mérito José Mariano. A solenidade de entrega foi realizada na Câmara Municipal, na presença de magistrados, políticos, amigos e do autor da proposição, vereador Otávio Augusto.

A Mesa estava composta pelo secretário da Justiça, Marcos Cabral, representando o governador Joaquim Francisco; vereador Romildo Gomes, representando o prefeito Gilberto Marques Paulo; o presidente da OAB, Jorge Neves; pelo presidente da Academia de Letras Jurídicas de Canuaru, Amaro Mattos e pelo major José Edson Moraes representando o Comando Geral da Polícia Militar de Pernambuco. O ato foi presidido pelo vereador Manoel Gilberto.

HOMENAGEM

Ao receber a comenda proposta pelo vereador Otávio Augusto e aprovada por unanimidade parlamentar, o presidente do Tribunal de Justiça, disse que costuma afirmar que os magistrados

são julgadores oficiais do Estado, mas na realidade, são sempre os que são mais julgados pelo povo, aquele que, por meio legal, o investe na árdua missão de julgar, observado o direito e a verdade e sempre fazendo justiça.

Portanto, continuou, "ao receber tão importante honraria, chego à conclusão de que fui julgado, já que foi pela legítima representação constitucional do povo do Recife, com o reconhecimento de ter prestado inqüívocas contribuições ao município no campo do direito e das ciências jurídicas. O discurso do desembargador está, na íntegra, na segunda página.

A homenagem prestada coincide com o término do mandato do vereador Otávio Augusto já

que, na condição de terceiro suplente, ele não retorna à Câmara na próxima legislatura. Ao justificar a comenda, o parlamentar afirmou que seu objetivo é homenagear toda justiça estadual e que assim o faz através do presidente Carlos Xavier. Segundo Otávio, o homenageado demonstra seriedade e dignidade no ato de julgar, sendo uma das maiores autoridades pernambucanas em processo civil.

MAGISTRATURA

Com 35 anos de magistratura, o desembargador Carlos Xavier assumiu a presidência do Tribunal de Justiça em julho de 92, onde permanecerá até fevereiro de 94. Dentre as metas administrativas anunciadas na ocasião, figuram a criação e implantação de seis novos Juizados Especiais de

Pequenas Causas, o início da construção do Fórum da Capital e a realização de concursos — "questões que sejam necessários" — para juízes substitutos de primeira instância.

A maioria das metas está vinculada ao orçamento 93, em torno de Cr\$ 100 bilhões, dos quais estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 30 bilhões para início das obras do Fórum. O prédio deve abrigar todas as Varas existentes na Capital, assim como diversas outras já criadas e que não entram em funcionamento por falta de espaço. Dentre elas, o Segundo Tribunal do Júri.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Para Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Elcio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemar Pires

Editor:
Roberto Taveira

Redatores:
Christiane Rêclinska, Lúcia Carvalho e Marcia Gussio

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Celso Dias

Editoria de Arte:
Júlio Gonçalves

Redação:
Pra. da República, s/nº — 5º Andar — Recife-PE. — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/214 — Telex: 5116.



Otávio Augusto entrega Medalha do Mérito ao Desembargador Carlos Xavier

Presidente da CHESF visita TJ

O presidente do Tribunal de Justiça, Des. Carlos Xavier, recebeu a visita do presidente da Chesf, Marcos José Lopes, acompanhado da diretoria da empresa. O presidente da companhia destacou que a visita tinha caráter informal, significando mais uma oportunidade de aproximação entre os dois órgãos. Marcos Lopes comentou

que vem acompanhando o trabalho que o desembargador vem realizando à frente da Corte de Justiça estadual. O dirigente da Chesf aproveitou a ocasião para apresentar os mais novos dirigentes da empresa: Leonardo Lima de Albuquerque e José Antônio Mariz. Os outros dirigentes são Paulo Pedro e Carlos Antônio Camargo.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 234

Diário Oficial

Estatuto força mudanças nas práticas sociais

Proteção integral. Essa é a filosofia do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei criada há dois anos, que vem causando polêmica. Alguns acreditam que o Estatuto tem aumentado a criminalidade, outros discordam e defendem as mudanças propostas pela nova legislação.

Antecedida pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor e pelo Código de Menores, a lei 8069/90 traz inovações quanto ao tratamento dispensado à criança e ao adolescente. A principal delas é o menor ter passado de "objeto de medidas" para "sujeito de direitos". Essa visão leva a certas transformações nas práticas sociais.

Segundo a promotora de Justiça da Infância e da Juventude, Izabel Cristina Calado, o Estatuto veio como uma pressão da sociedade civil, para regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal. "O Estatuto pretende descentralizar a

política de atendimento, significando que cada município e cada comunidade tomam-se responsáveis pelas suas crianças e adolescentes", constata Izabel Cristina.

A promotora encontra no Estatuto uma proposta inovadora, que força mudanças nas práticas sociais. "A criança e o adolescente têm direitos garantidos, têm proteção integral. Entretanto, o Estatuto não prega protecionismo. Se os menores são infratores, devem ser apreendidos, po-

rém, a medida só é aplicada se houver provas de crime", informa.

Izabel Cristina não concorda que os direitos assegurados à criança e ao adolescente, através da nova lei, tenham aumentado o índice de criminalidade. "O que aumentou foi a miséria, a fome e o desemprego".

Já o advogado de ofício, Antônio Bezerra de Melo, insiste numa revisão do Estatuto. De acordo com Melo, o texto é muito bem elaborado e inovador, mas

está à frente da realidade brasileira. "A lei 8069/90 seria mais apropriada para um país do Primeiro Mundo", constata.

Segundo ele, a população ainda não se encontra preparada para pôr em prática o determinado pelo Estatuto, pois, "não há meios de se cumprir o que está disposto". Antônio Melo observa que o Estatuto tem empancado as ações penais contra os infratores, o que se constitui uma das causas do índice de aumento criminal.

Custas Judiciais calculadas em UVF

As guias para pagamento de emolumentos e custas judiciais desde ontem estão sendo expedidas com os cálculos convertidos em Unidades de Valores Financeiros do Poder Judiciário. A medida começou a ser adotada a partir da publicação no Diário Oficial do Provimento nº 20, elaborado pela Corregedoria Geral.

De acordo com o que determina o provimento, os cál-

culos que eram feitos em cruzeiros serão determinados a partir de agora pela UVF, dessa forma na ocasião do pagamento esses valores estarão atualizados. Segundo o assessor jurídico da Corregedoria, Walter Manzi, a determinação contribui ainda para diminuir o atraso do pagamento das custas judiciais e dos emolumentos, que levava meses e até anos, para serem efetuados.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Sérgio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Aldemir Paiva

Editores:
Rafaela Tannus

Redatores:
Christiane Alencar, Lúcia Carvalho e Marcos Glauco

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Editoria de Arte:
Julio Gonçalves

Redação:
Pça. da República, s/nº — 5º Andar — Recife-PE — CEP 50.010 — Fone: 424.3811/38.214 — Telex 3116



Advogado Antônio Melo defende revisão da lei 8069

Juiz destaca serviços eleitorais

Faltando poucos dias para a posse do prefeito, vice e 41 vereadores eleitos, que acontece no primeiro dia do ano, o juiz de direito Mário Melo, presidente da Totalização do pleito recense, destacou a importância do trabalho realizado pelos juizes titulares das nove zonas

eleitorais, durante a eleição municipal. Segundo ele, deve-se também o sucesso do pleito à positiva contribuição dos servidores da Justiça e dos cartórios eleitorais. Na segunda página, a íntegra do seu discurso, proferido durante a solenidade de diplomação dos novos representantes do município.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 235

Diário Oficial

Palácio da Justiça tem saldo positivo

O Tribunal de Justiça termina o ano de 92 com saldo positivo, no que diz respeito à segurança do prédio. Ao assumir em julho, o desembargador-presidente Carlos Xavier determinou que, paralelo às ações judiciais, fosse realizado trabalho de recuperação das partes elétrica e hidráulica. Telhado e sistema de telefonia também receberam melhoramentos.

Realizado em conjunto pela Assessoria de Planejamento e Administração, o serviço permitiu inclusive aumentar para quase 100% a chance de debelar incêndio no prédio, caso isso venha a ocorrer em horário de expediente. Hoje cerca de 80 extintores estão espalhados por todo o Palácio, de acordo com laudo técnico fornecido pelo Corpo de Bombeiros.

Originária de 1927, época da construção do prédio, com apenas algumas modificações ao longo do tempo, a parte elétrica do Palácio da Justiça foi a primeira a merecer cuidados, com elaboração de nova planta. O levantamento geral só estará concluído em agosto do próximo ano, mas isso não prejudica a troca de fiação em cada ponto de sobrecarga que vai sendo detectado, à medida que é realizado o trabalho.

O objetivo é adequar a instalação elétrica ao consumo atual de energia do prédio. Quando a nova planta estiver concluída, o Tribunal vai contratar firma especializada para renovação de toda a rede. O serviço estará incluído na programação financeira do segundo semestre de 93, segundo informações da assessoria

de Planejamento da Presidência do TJPE, Silvana Maria Oriá.

Além de serviços executados na parte hidráulica, constituindo consertos de bombas d'água, encanagens e de vários banheiros que apresentavam defeitos, todo o telhado do prédio foi recuperado, com troca de madeirame e de telhas. As adaptações não só eram importantes, como também urgentes, em decorrência do estado de conservação do material utilizado até então.

Com 86 ramais em funcionamento e uma programação que prevê um total de 120, o sistema de telefonia do Tribunal de Justiça também passou por adaptações. O serviço começou pela troca da fiação telefônica externa, beneficiando a estética do prédio e diminuindo em 90% os riscos de defeitos na rede.

De acordo com o administrador do prédio, Daniel Rocha, a demanda telefônica interna e externa do Palácio da Justiça é muito grande, ocorrendo ainda dificuldades e congestionamentos. A previsão é aumentar a capacidade de atendimento da central busca automática 242.3811, que funciona atualmente com 10 linhas.



Adaptações aumentam segurança do Palácio da Justiça

Tribunal de Justiça planeja ações para 93

A assessora de Planejamento da presidência do Tribunal de Justiça, Silvana Maria Oria, reúne-se amanhã com chefes de departamentos e demais assessores. O objetivo é dar início à programação executiva e finan-

ceira do próximo semestre. De acordo com Silvana, é importante a presença de representantes dos setores que compõem o TJPE, uma vez que, só serão atendidos os pleitos devidamente programados.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 17 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 236

Diário Oficial

Judiciário de Arcoverde apresenta crescimento

Na impossibilidade de criar, a curto prazo, uma Vara Privativa do Júri e outra da Assistência Judiciária em Arcoverde - reivindicação apresentada pela subseção municipal da OAB - o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, decidiu nomear mais um juiz para aquela comarca. O novo magistrado deve ser designado ainda este ano.



Jorge Neves solicita milhorias para Judiciário

O presidente concordou, inclusive, em estudar a possibilidade de instalar um Juizado Especial de Pequenas Causas naquele município, onde tramitam os pequenos litígios. De acordo com programação orçamen-

tária 93, seis novos JEPs serão criados em Pernambuco, sendo três na capital e o restante no interior. A medida aumenta para 16 o número desses núcleos de prestação jurisdicional no Estado.

Arcoverde dispõe,

atualmente, de uma Vara Criminal e uma da Assistência Judiciária, onde tramitam 2.500 e 2.000 processos, respectivamente, cada uma com apenas um juiz. A demanda de feitos impõe providência urgente para atendimento a

toda comunidade, conforme declaração do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-PE, Jorge Neves.

Acompanhado pelo presidente daquela subseção municipal, Edilson Xavier de Oliveira e pelo deputado Jo-

sé Correa, o advogado Jorge Neves disse que o judiciário de Arcoverde deve ser agilizado para acompanhar o crescimento da cidade que, hoje, apresenta 54 mil habitantes e 34 mil eleitores im-



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio
Corregedor-Geral:
Des. Celso Ramos Lacerda

Assessor de Imprensa:
Almeida Lima

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Christiane Nolasco, Lúcia Car-
valho e Marlene Glória

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Cecília Dias

Editoria de Arte:
Aldo Gonçalves

Redação:
Praça da República, 504 - 5º Andar
- Recife-PE - CEP
50.015 - Fone: 401.381/18-214
- Telex: 3115

Magistrado integra banca examinadora

A análise e o julgamento de monografias dos oficiais-alunos do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Polícia Militar de Pernambuco, versão 1992, contou este ano, com a participação de membro do Poder Judiciário estadual. O magistrado Jones Figueirêdo Alves presidiu a Comissão Examinadora que julgou a monografia "O Boleim de Ocorrência da PMPE como peça de instrução criminal e cível, no âmbito dos Juizados Especiais e dos Juizados Especiais de Pequenas Causas", de autoria do cap. PM João Francisco dos Santos Neto. Integraram, ainda, a Comissão, o major PM José Fernando Santana de Araújo e major PM Everaldo Alves da Silva.

A avaliação ocorreu, segunda-feira última, em reunião na Fundação Joaquim Nabuco, no Derby, quando o autor fez exposição oral de sua tese, sendo arguido pelos integrantes da Comissão. No trabalho, ele propõe novo modelo para o Boleim de Ocorrência Policial e sugere a sua renovação, por cópia, ao Ministério Público, que terá, assim, maiores informações para o efetivo acompanhamento acerca das ocorrências deli-

tas, em controle externo na atividade policial, previsto pelo art. 129, VII, da Constituição federal. Discorreu, ainda, sobre o Juizado de Instrução Criminal, para as infrações penais de menor potencial ofensivo e os Juizados Especiais, de natureza cível, previstos pela Constituição de 1988, onde o Boleim de Ocorrência poderá servir como peça fundamental de instrução.

Trinta e oito trabalhos monográficos foram

submetidos a julgamento, em conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, coordenado pelo major PM Gláucio Joaquim de Souza. O juiz Jones Figueirêdo destacou, ao parecer de avaliação, o relevante contributo que a monografia examinada apresenta para um trabalho mais interativo envolvendo a Polícia Militar de Pernambuco e o Poder Judiciário.

Justiça estadual é tema de conversa

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, recebeu o vice-prefeito, Sílvio Pessoa. Durante a visita, o desembargador-presidente falou das dificuldades que o Judiciário enfrenta.

Sílvio Pessoa, por sua vez, afirmou que a administração de Jarbas Vasconcelos vai prezar pelo bom relacionamento com a Justiça estadual, como já havia acontecido na gestão passada.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SEXTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 237

Diário Oficial

Pequenas Causas agilizam Judiciário estadual

Recife será contemplado com mais de três Juizados Especiais de Pequenas Causas. A ideia é do desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, que planeja criar ao todo seis novos núcleos no Estado. Os locais de instalação estão sendo estudados e devem ser decididos de acordo com o crescimento populacional e demanda de feitos.

Pelas exigências, o bairro de Casa Amarela tem chances de ser escolhido, assim como Arcoverde, no Sertão do Moxotó, onde a demanda de quase cinco mil ações, que tramitam em apenas duas varas, impõe medidas para

agilização do serviço jurisdicional.

Palmares também figura como um dos prováveis locais, conforme intenção do desembargador Carlos Xavier, demonstrada ao prefeito eleito daquele município, Ivanildo Pereira. Segundo o presidente do Tribunal de Justiça a criação e instalação de Juizados de Pequenas Causas requer providências conjuntas entre Judiciário e Executivo.

A criação desses Juizados faz parte da programação orçamentária do Tribunal de Justiça, cujo total é da ordem de Cr\$ 100 bilhões. A iniciativa aumenta para 16 a quantidade desses núcleos de prestação jurisdicional em Pernambuco.

Atualmente existem três JEPCs no Recife (Rosarinho, Afogados e Cordeiro), cinco na Região Metropolitana (Olinda, Jaboatão, Paulista, Camaragibe e Cabo) e dois no Interior (Camarão e Petrolina). Todos apresentam índice de conciliação em torno de 85%.

O primeiro deles, no Rosarinho, foi instalado em novembro de 89, pelo desembargador Mauro Jordão. O último, em Ca-



Juizado do Rosarinho funciona há três anos

maragibe, em junho de 92, pelo então presidente do TJPE, João David. Com três anos de experiência na área, as Pequenas Causas têm servido de modelo para outros Estados da região, como Paraíba e Sergipe.

Nos Juizados Especiais de Pequenas Causas só tramitam ações inferiores a 20 salários mínimos. O sucesso entre a população é grande, devido à inexistência de burocracia e de ônus além da rapidez com que são resolvidos os conflitos — menos de 60 dias — provando que a Justiça também pode ser ágil.

Carlos Xavier será "Cidadão de Petrolina"

Poucos dias depois de receber a Medalha do Mérito José Mariano, na Câmara Municipal do Recife, o desembargador Carlos Xavier será agraciado com o Título de "Cidadão de Petrolina". A solenidade será realizada na Câmara petrolinense, Casa de Tancredo Neves, no próximo dia 22, a partir das 20.00h.

O Legislativo daquele município é composto por 15 membros. Desse, 14 votaram a favor do título, proposto pelo vereador Francisco de Azevedo Lima, e que torna o presidente do Tribunal de Justiça cidadão de Petrolina.

Nesses cinco meses e meio à frente da

Corte de Justiça, o des. Carlos Xavier recebeu inúmeras condecorações, tendo sido agraciado em Caruaru, Garanhuns e recentemente, no Recife. Todas essas homenagens, segundo seus propositores, são o reconhecimento pelos serviços prestados pelo magistrado à Justiça pernambucana.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pires Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Calvão

Assessor de Imprensa:

Almeida Paiva

Editor:

Roberto Tavares

Redatores:
Júlia Cavalcanti, Merson Glauco e Christiane Alcântara

Fotografia:

João Barbosa

Digitação:
Julio Gonçalves e Celene Dias

1102 - 011112

Redação:

Pça. da República, s/nº — 5º Andar

15010 — Recife-PE — CEP

50.010 — Fone: 424.3811/15.214

— Telex: 3118

Prefeito ressalta boas relações com Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier, recebeu a visita do prefeito Gilberto Marques Paulo. Durante o encontro, o chefe do Executivo municipal falou a respeito das

boas relações estabelecidas entre a Prefeitura e o Poder Judiciário. Segundo ele, os Juizados de Pequenas Causas da Capital são uma prova dessa harmonia, pois contam com o total apoio de sua administração.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, SABADO, 19 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 236

Diário Oficial

TJPE faz nova seleção para magistrados

As inscrições para o Concurso de Juiz Substituto de 1ª Entrância estão abertas e podem ser feitas na secretaria do Tribunal de Justiça até o dia 15 de janeiro do próximo ano. Esse é o terceiro concurso aberto este ano. O segundo, ainda em andamento, deverá ser concluído dentro de poucos dias. Até agora 19 candidatos foram aprovados.



Presidente do Judiciário quer preencher todas as vagas



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto
Substituto:

Vice-Presidente:
Des. Fernando de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elcio Ramos Salvo

Assessor de imprensa:

Ademar Paiva

Editores:
Roberto Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glauco
e Christiane Alcântara

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celeste Dias
1192-24746

Redação:
Pra. da República, s/nº — 5º Andar — Recife-PE — CEP
51010-000 — Fone: 4243811/214
— Telex: 3116

Os interessados em participar devem se dirigir à secretaria, no 2º andar, das 12:00 às 18:00h e requerer à presidência do Tribunal inscrição preliminar, mediante preenchimento de formulário, apresentação do diploma ou certificado de conclusão do curso de Direito. Na ocasião os candidatos deverão também entregar xerox da identidade e apresentar comprovante de pagamento da taxa no valor de Cr\$ 100 mil.

De acordo com o edital poderão concorrer bacharéis com idade inferior a 65 anos. Ainda no formulário de inscrição, o candidato deverá relacionar os períodos de atuação como juiz, membro do Ministério Público, ad-

vogado, ou titular de função técnico-jurídica pública ou privada. Na ocasião, o concorrente ao cargo de juiz firmará declaração de que se submeterá à exigência de residir exclusivamente na comarca para qual for nomeado.

PROVAS

O concurso constará de duas provas escritas, sendo uma objetiva e a outra uma dissertação; prova prática; sindicância da vida pregressa e investigação social; exame de saúde; teste psicotécnico, entrevista, prova oral e de títulos. O presidente da Comissão Examinadora irá convocar os candidatos, que obtiverem inscrição preliminar, para fazerem as provas, em dia, hora e local determinados, mediante

publicação no Diário Oficial.

O programa das provas escritas inclui os seguintes assuntos: Direito Constitucional; Direito Civil; Direito Comercial; Direito Penal; Direito Eleitoral; Direito Administrativo; Direito Judiciário e Medicina Legal.

Serão aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a seis. Cada etapa será eliminatória, sendo os resultados divulgados no Diário Oficial. O presidente fará nomeação dos aprovados, imediatamente após o resultado final. A intenção é preencher todas as vagas existentes na 1ª entrância e dessa forma melhorar o andamento da Justiça estadual.

AIC corrige informação

Na matéria "Judiciário de Arco-verde apresenta crescimento", da edição nº 236, de 17 do corrente, por equívoco foi publicado o nome do sr. José Correia, ao invés do deputado Israel Guerra que, ao lado do dr. Edilson Xavier de Oliveira, acompanhou o advogado Jorge Neves, presidente da OAB-PE, em visita ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Xavier.

Passeata natalina teve coral do TJPE

O coral do Tribunal de Justiça participou ontem da II Passeata Natalina do Recife, promovida pela Federação Pernambucana de Corais. A iniciativa reuniu os grupos de canto estaduais, às 15h, na Matriz da Boa Vista, de

onde saiu caminhando para as igrejas da Conceição dos Militares, Santo Antônio, Carmo, São Pedro dos Clérigos, Pátio do Terço e Museu da Cidade do Recife, onde aconteceu confraternização.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, TERÇA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 239

Diário Oficial

Recomendações facilitam serviço judicial

Prefeitos das 24 comarcas de primeira entrância, para onde foram designados os juízes recém-nomeados, receberam telegrama do desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, solicitando apoio para o desempenho da função dos novos magistrados pernambucanos. O presidente pediu, inclusive, que a segurança dos representantes da Justiça estadual seja reforçada nas áreas de risco.

Em contrapartida, os magistrados tiveram aumentadas suas atribuições judiciais, com uma série de recomendações feitas pelo desembargador. Segundo Carlos Xavier, o objetivo é garantir a melhoria da prestação jurisdicional. "Se pelo menos 5% dos conselhos for levado à risca, a Justiça estará garantida no Estado". A relação será estendida aos juízes de 2ª e 3ª entrâncias.

A primeira, que diz sobre fixação de residência na própria comarca, muito mais do que uma recomendação, "é uma obrigação", já que se trata de um dever constitucional. De acordo com Carlos Xavier,

houve tempo em que os magistrados acumulavam comarcas e, por dificuldades inerentes à época, eram obrigados a viajar de caminhão, para cumprir suas tarefas. "Apesar disso, residiam no município".

Ser amigo dos serventários é fator preponderante para o bom andamento da Justiça. De acordo com o presidente do TJPE, eles são companheiros de trabalho de um magistrado. Assim como é necessário manter bom relacionamento com o Ministério Público, advogados, policiais civis e militares, prefeitos, vereadores, religiosos, educadores, demais autoridades consti-

tuidas, representantes de estabelecimentos bancários, industriais e comerciais.

Carlos Xavier defende, ainda, a pontualidade nos serviços judiciais, evitando o adiamento das audiências, assim como sugere que as partes de um processo e seus representantes sejam tratados com urbanidade. Outra recomendação é que seja sempre solicitada autorização ao Conselho da Magistratura para realização de concursos públicos para preenchimento de todos os cargos vagos existentes nas suas comarcas.

Um magistrado deve sempre examinar os livros dos serviços judiciais e extra-judiciais de sua comarca, permitir que os noivos marquem a data do casamento, mesmo que seja no final de semana, levando o magistrado a oficializar o ato na residência do casal e não no fórum, caso acontecesse num dia de semana.

Um juiz nunca deve deixar de visitar cadelas públicas e de, junto com a sociedade local, promover campanha para realização de almoço ou jantar para os presos, em datas marcantes do ano, como Natal e Páscoa. Assim como é importante que o magistrado venha a participar de todos os eventos públicos ou particulares nas suas comarcas. Outra recomenda-

ção é a de que, nessas ocasiões, ocupe espaços destinados ao judiciário.

Dignificar a função judicante e lembrar que uma parte dos vencimentos diz respeito à verba de representação. Daí, afirma Carlos Xavier, "é que se impõe a necessidade de que o magistrado esteja sempre bem composto na sua comunidade. Finalmente, o desembargador-presidente sugere a prática da filantropia e constante atualização dos fatos, notadamente das normas judiciais.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Pais Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elton Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:

Adriana Paiva

Editora:
Roberta Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marconi Glaucio e Christlene Alcantara

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
1.102 - DNTPE

Redação:
Pça. da República, s/nº - 5ª Andar - Recife-PE - CEP 50.010 - Fone: 424.281/151-214 - Telex: 3110



Juizes devem fixar residência na comarca de atuação

Associação beneficia serventuários da Justiça

A Associação das Esposas de Magistrados de Pernambuco distribuiu 260 cestas básicas com servidores do Tribunal de Justiça e Fórum da Capital. A iniciativa, que beneficiou aque-

les que ganham um salário mínimo, teve a coordenação de Zélia Maria Pinheiro Lins — presidente — e Aliete Duque de Miranda — diretora social.



ANO XXIX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUARTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 240

Diário Oficial

Judiciário tem recesso natalino

O Tribunal de Justiça entra em recesso a partir do próximo dia 24. Segundo determinação do presidente do TJPE, Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, haverá expediente normal até o dia 23. Nos dias 28, 29 e 30, os diversos departamentos vão estar funcionando em regime de plantão, das 13 às 18 horas. A informação é do secretário geral do Tribunal, bacharel Carlos Gonçalves.



Secretário geral divulga plantão forense

De acordo com o secretário, a Lei 8034, de 1 de novembro de 1979, artigo 93, estabelece o recesso nos dias 24, 26, 27, 28, 29, 30 e 31, podendo, entretanto, o presidente determinar que os referidos três dias que antecedem a data 31 de dezembro constem de funcionamento em regime de plantão.

O bacharel Carlos Gonçalves ressaltou, ainda, que o funcionamento visa a não trazer prejuízo às partes, incluindo aquelas que desejam entrar com recursos de competência do Poder Judiciário. O secretário informou também, que o desembargador Otilio Neiva vai assumir a presidência nesse período, na ausência do presidente e vice do Tribunal de Justiça.

Planejamento define ações para 93

A partir das propostas apresentadas pelos departamentos, núcleos e assessorias que integram o Tribunal de Justiça, a Assessoria de Planejamento fará uma programação global das ações que serão implementadas no primeiro semestre de 93. Todas as questões levantadas serão sequenciadas e atendidas de acordo com a prioridade detectada.

Cada chefe de setor elaborou um plano de trabalho, destacando suas necessidades e metas a serem alcançadas, entregando-o à assessoria de planejamento, Silvana Maria Oriá, durante reunião realizada na última sexta-feira. De acordo com Silvana, esse foi o segundo encontro, promovido pela presidência do TJPE, com o propósito de discutir a operacionalização de cada núcleo.

Na oportunidade foi feita explanação das metas elaboradas pelo presidente Carlos Xavier, para o próximo ano, com destaque para a construção do Fórum da Capital, instalação dos novos Juizados de Pequenas Causas e oficialização dos serviços judiciais no interior.

MUDANÇAS

Os participantes fizeram avaliação positiva

das ações executadas nos últimos quatro meses, segundo informou a assessora de planejamento. Nesse período foram realizadas mudanças que contribuíram para melhorar a atuação de todos os departamentos, lembra ela, entre as quais: pintura da entrada do prédio, reforma de alguns gabinetes e do Conselho da Magistratura.

Outras modificações estão em fase de execução e serão concluídas em pouco tempo. A extensão do Bandeje — que será transformado em agência — com transferência da lanchonete e dos Correios, reforma na Secretaria, Departamento Cível e Criminal, Taquigrafia e Assessoria de Planejamento são algumas delas. De acordo com o cronograma essas ações terão continuidade mesmo no período de férias forenses.



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elcio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:
Alcides Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Luca Carvalh, Marcos Gláucio e Christiane Alcântara

Fotografia:
João Barbosa

Diagramação:
João Gonçalves e Tereza Dias

Recepção:
Pça. da República, s/n — 50.000-0 Recife-PE. — CEP 50.000-0 Fone: (081) 315.9.204 — Telex: 3118

Imprensa faz plantão natalino

A assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça informa que nos dias 28, 29, 30 e 31 de dezembro não estará veiculando matérias jornalísticas referentes às atividades do Poder Judiciário, na primei-

ra página do Diário Oficial. Em face dos feriados forenses, retornará em janeiro, apenas às terças e quintas-feiras. Em fevereiro de 93 todo o serviço da AIC será definitivamente normalizado.



ANO XXX

ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

RECIFE, QUINTA-FEIRA, 24 DE DEZEMBRO DE 1992 Nº 241

Diário Oficial

Tribunal sergipano comemora centenário

O desembargador Carlos Xavier, presidente do Tribunal de Justiça, estará presente às solenidades alusivas ao centenário de instalação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. As cerimônias, que acontecem nos dias 28 e 29, serão presididas pelo chefe daquele Corte Judiciária, desembargador José Nolasco de Carvalho.



Carlos Xavier destaca atuação do Judiciário de Sergipe



PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Carlos Xavier Paes Bonetti

Vice-Presidente:
Des. Francisco de Sá Sampaio

Corregedor-Geral:
Des. Elyrio Ramos Galvão

Assessor de Imprensa:

Almeida Paiva

Editor:
Roberto Tavares

Redatores:
Lúcia Carvalho, Marcos Gleuso
e Christiane Abdon

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Júlio Gonçalves e Celso Dias
L.1102 - DTPPE

Redação:
Pça. da República, s/nº - SP Av.
Belen - Recife PE - CEP
52.010 - Fone: 414.3011/214
- Telex: 3116.

Reunião do Colégio Permanente dos Tribunais de Justiça Estaduais abre a programação no dia 28, pela manhã, seguida de jantar no Palácio do Governo, à noite, oferecido pelo governador João Alves Filho. No dia seguinte, haverá descerramento de placa comemorativa,

instalação da Escola da Magistratura com recital pelo grupo de canto daquele Judiciário.

A programação tem sequência com Sessão Solene do Pleno e Missa de Ação de Graças, oficiada na Catedral Metropolitana, localizada no Parque Teófilo Dantas. Ao se refe-

rir à importância da data, o desembargador Carlos Xavier, presidente do Judiciário pernambucano, destacou a atuação do Tribunal de Justiça de Sergipe, "que vem implantando medidas no sentido de agilizar a prestação jurisdicional daquele Estado".

Tribunal divulga relação dos novos juizes

A Justiça pernambucana tem 17 novos magistrados. A relação dos aprovados foi homologada ontem, durante reunião plenária dos 15 desembargadores que compõem o Tribunal de Justiça do Estado. Os juizes serão nomeados e designados para comarcas de primeira instância. Antes porém, serão submetidos a Curso de Iniciação à Função Judiciária, que começa no dia cinco de janeiro, na Escola Superior da Magistratura.

De um total de 932 candidatos, apenas 17 conseguiram chegar à etapa final do concurso — o segundo promovido este ano pelo Tribunal de Justiça, com o objetivo de preencher as vagas existentes na magistratu-

ra estadual. Antônio Carlos de V.C.B. Campello foi o primeiro colocado, com média 7.427.

De acordo com o desembargador-presidente Carlos Xavier, os novos juizes começam a atuar em fevereiro, logo após

a conclusão do curso, uma vez que é grande a carência de magistrados nas comarcas do Interior. A escolha dos municípios vai depender da demanda processual. Todos fixarão residência na co-

marca escolhida, conforme dever constitucional.

Foram aprovados os candidatos relacionados, por ordem de classificação: Antônio Carlos de V.C.B. Campello, Eduardo Guillod Maranhão, Dario Rodrigues L. de Oliveira, Marcos Franco Bacelar, Adjá Francisco de Assis Júnior e Silvana Esperia da Silva.

Também foram aprovados Lúcio Grassi de Gouveia, Élio Braz Mendes, Maria do P. S. B. A. Vasconcelos, Albelardo Tadeu da Silva Santos, Sérgio José Vieira Lopes, Ambrósio Agrícola Nunes, Paulo de Oliveira Menezes, Paulo Victor de Almeida, Ibráhim Alves de S. Filho, Virgínia Góndim Dantas e Abdon Máximo Neto.